



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XX — N.º 128

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 14 DE SETEMBRO DE 1965

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDENCIA

SESSÃO CONJUNTA

Em 14 de setembro de 1965, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Votos Presidenciais:

1º — Ao Projeto de Lei nº 2.722-65 na Câmara e nº 104-65 no Senado, que disciplina o mercado financeiro e de capitais e estabelece medidas para seu desenvolvimento.

2º — Ao Projeto de Lei nº 2.704-B-61 na Câmara e nº 38-63 no Senado, que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos.

ORIENTAÇÃO PARA VOTAÇÃO

Primeiro veto

Cédula	Veto	Matéria a que se refere
1	1º	Do § 6º do art. 45, as palavras: "sem direito a voto, nem as".
2	1º	Do § 4º do art. 50, as palavras: "ou ao portador".
3	1º	§ 5º, e 7º do art. 50 (totalidade).
4	1º	§ 2º do art. 58 (totalidade).
5	1º	Do art. 60, as palavras: "mantém ou".
6	1º	Do § 1º do art. 64, a parte final: "mas o imposto que sobre ela incidir será compensável com o imposto de pessoa jurídica devido pela sociedade sobre o seu lucro real".

Segundo veto

Cédula	Veto	Matéria a que se refere
6	2º	Totalidade do projeto.

SESSÃO CONJUNTA

Em 15 de setembro de 1965, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Votos Presidenciais:

1º — Ao Projeto de Lei nº 2.740-E-65 na Câmara e nº 83-65 no Senado, que dispõe sobre a série de classes de Pesquisador e dá outras providências (veto parcial);

2º — Ao Projeto de Lei nº 2.661-A-65, na Câmara e nº 96-65 no Senado, que dispõe sobre os serviços do Registro do Comércio e atividades afins e dá outras providências (veto parcial);

3º — Ao Projeto de Lei nº 2.701-A-65 na Câmara e nº 49-65 no Senado, que isenta do imposto de importação e outras contribuições fiscais os bens adquiridos, mediante doação, pelas instituições que se dedicam, sem finalidade lucrativa, à prestação de assistência médico-hospitalar (veto parcial).

ORIENTAÇÃO PARA VOTAÇÃO

Cédula	Veto	Matéria a que se refere
Primeiro veto		
1	1º	Do art. 2º as palavras: "desde que defensores de diploma de curso superior".
Segundo veto		
2	2º	Do § 1º do art. 21 as palavras "dentro aquelas de que trata o item III do art. 10".
Terceiro veto		
3	3º	Art. 6º (totalidade).

SESSÃO CONJUNTA

Em 16 de setembro de 1965, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Votos Presidenciais parciais:

- 1º — Ao Projeto de Lei nº 2.683-B-65 na Câmara e nº 53-65 no Senado, que altera dispositivo da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, que autoriza a abertura de crédito especial e dá outras providências;
- 2º — Ao Projeto de Lei nº 2.640-E-65 na Câmara e nº 35-65 no Senado, que dispõe sobre o seguro de crédito à exportação e dá outras providências;
- 3º — Ao Projeto de Lei nº 2.829-E-65 na Câmara e nº 125-65 no Senado, que dispõe sobre o pagamento da gratificação prevista na Lei número 4.090, de 13 de julho de 1962.

ORIENTAÇÃO PARA VOTAÇÃO

Cédula	Veto	Matéria a que se refere
Primeiro veto		
1	1º	Do art. 3º a palavra: "adicional";
2	1º	Do art. 3º, as palavras: "o imposto de";
3	1º	Do art. 3º as palavras: "durante o exercício de 1965".
Segundo veto		
4	2º	Art. 7º (totalidade).
Terceiro veto		
5	3º	Parágrafo único do art. 1º (totalidade).

Convocação de sessão conjunta para apreciação de veto presidencial

O Presidente do Senado Federal nos termos do art. 70, § 3º da Constituição e do art. 1º n.º IV do Regimento Comum designa a sessão conjunta a realizar-se no dia 15 de setembro do ano em curso, às 21 horas

a 30 minutos no Plenário da Câmara dos Deputados para sem prejuízo da matéria para ela já programada a apreciação dos seguintes vetos presidenciais:

- ao Projeto de Lei nº 288-B-63 na Câmara e nº 333-64 no Senado, que equipara os atletas profissionais aos trabalhadores autônomos, para efeito das contribuições da Previdência Social;
- ao Projeto de Lei nº 2.839-B-65 na Câmara e nº 125-65 no Senado, que dispõe sobre o pagamento da gratificação prevista na Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962.

Senado Federal, 17 de agosto de 1965.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente

Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º da Constituição Federal e do art. 1º, nº IV do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para em sessões conjuntas a realizarem-se no Plenário da Câmara dos Deputados nos dias 10, 11, 12, 17, 18, 19, 24, 25, 26 e 31 do mês em curso, 1º, 2º, 8º, 9º, 14º, 15º e 22 de setembro próximo, conhecerem dos vetos presidenciais constantes da relação anexa.

Senado Federal, em 4 de agosto de 1965.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente

VOTOS PRESIDENCIAIS A SEREM APRECIADOS A PARTIR DE 10 DE AGOSTO DE 1965

Dia 14 de setembro, às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 2.287-B-60 na Câmara e nº 7-64 no Senado, que cria uma Escola de Educação Agrícola no Município de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais (veto total);
- ao Projeto de Lei nº 2.694-D-65 na Câmara e nº 35-65 no Senado, que complementa a Lei nº 3.917 de 14 de julho de 1961, que reorganizou o Ministério das Relações Exteriores (veto parcial);
- ao Projeto de Lei nº 2.707-B-65 na Câmara e nº 73-65 no Senado, que dá nova redação ao § 2º e acrescenta mais um parágrafo ao art. 18 da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964 (Código de Vencimentos dos Militares) — veto parcial;

Dia 18 de setembro, às 9.30:

- ao Projeto de Lei nº 7-65 (C.N.) que estabelece normas para o processo dos dissídios coletivos e dá outras providências (veto parcial);

Dia 18 de setembro, às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 2.740-E-65 na Câmara e nº 82-65 no Senado, que dispõe sobre a série de classes de Pesquisador e dá outras providências (veto parcial);
- ao Projeto de Lei nº 2.661-A-65 na Câmara e nº 96-65 no Senado, que dispõe sobre os serviços do Registro do Comércio e atividades afins e dá outras providências (veto parcial);
- ao Projeto de Lei nº 2.660-B-65 na Câmara e nº 46-65 no Senado, que isenta de impostos de importação e outras contribuições fiscais os bens adquiridos, mediante doação, pelas instituições que se dedicam, sem finalidade lucrativa, à prestação de assistência médico-hospitalar (veto parcial);
- ao Projeto de Lei nº 2.640-E-65 na Câmara e nº 35-65 no Senado, que dispõe sobre o seguro de crédito à exportação e dá outras providências (veto parcial);

Dia 22 de setembro, às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 3.281-C-61 na Câmara e nº 261-64 no Senado, que dispõe sobre o exercício da profissão de publicitário e de agenciador de propaganda e dá outras providências (veto parcial).

Designação de sessão conjunta para apreciação de veto presidencial

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, designa a sessão conjunta das duas Casas do Congresso Nacional a realizar-se no dia 14 de setembro do ano em curso, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, para apreciação do veto presidencial ao Projeto de Lei da Câmara nº 2.704-61 (nº 38-63, no Senado), que regula as atividades da representante comercial autônoma, sem prejuízo da matéria para ela já programada.

Senado Federal, em 26 de agosto de 1965.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

CONVOCAÇÃO DE SESSÃO CONJUNTA PARA RECEBER A VISITA DE CHEFE DE NAÇÃO ESTRANGEIRA

O Presidente do Senado Federal, de acordo com o disposto no art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta, a realizar-se no dia 10 do mês em curso, às 17 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, receberem, solenemente, a visita de Sua Excelência o Senhor Giuseppe Saragat, Presidente da República Italiana.

Brasília, 2 de setembro de 1965.

AURO MOURA ANDRADE

CONVOCAÇÃO DE SESSÃO CONJUNTA PARA RECEBER A VISITA DE CHEFE DE NAÇÃO ESTRANGEIRA

O Presidente do Senado Federal, de acordo com o disposto no art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,
Ano	Cr\$ 98
Exterior	
Ano	Cr\$ 128,

FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 89,
Ano	Cr\$ 78,
Exterior	
Ano	Cr\$ 108,

— Excecionadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esolarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

para, em sessão conjunta, a realizar-se no dia 14 do mês em curso, às 11 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, receberem, solenemente, a visita de Sua Alteza o Grão-Duque de Luxemburgo.

Brasília, 2 de setembro de 1965.
AURO MOURA ANDRADE

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 3º, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 84, DE 1965

Torna definitivo o registro da despesa de Cr\$ 86.795,40 (oitenta e seis mil, setecentos e noventa e cinco cruzeiros e quarenta centavos), feito sob reserva pelo Tribunal de Contas em sessão de 21 de agosto de 1964 e referente ao pagamento a Luiza de Castro, da Alfândega de Fortaleza, Estado do Ceará, da percentagem de 10% prevista no art. 4º do Decreto-lei nº 8.663, de 24 de janeiro de 1946.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É tornado definitivo o registro da despesa de Cr\$ 86.795,40 (oitenta e seis mil, setecentos e noventa e cinco cruzeiros e quarenta centavos), feito sob reserva pelo Tribunal de Contas em sessão de 21 de agosto de 1964, e referente ao pagamento a Luiza de Castro, da Alfândega de Fortaleza, Estado do Ceará, da percentagem de 10% prevista no art. 4º do Decreto-lei nº 8.663, de 24 de janeiro de 1946.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 13 de setembro de 1965.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 85, DE 1965

Aprova a "Convenção Complementar da Convenção de Varsóvia para unificação de certas regras relativas ao transporte aéreo internacional efetuado por quem não seja transportador contratual", assinado em Guadalajara, México, a 13 de setembro de 1961.

Art. 1º É aprovada a "Convenção Complementar da Convenção de Varsóvia para a unificação de certas regras relativas ao transporte aéreo internacional efetuado por quem não seja transportador contratual", assinada em Guadalajara, México, a 13 de setembro de 1961.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 13 de setembro de 1965.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou e eu, Auro Moura Andrade, Presidente, nos termos do art. 47, nº 16, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 85, DE 1965

Aposenta Francisco Louzada, Inspetor de Segurança, PL-8, do Quadro da Secretaria do Senado Federal

Artigo único. É aposentado, com os vencimentos integrais e a gratificação adicional a que faz jus nos termos do art. 191, item I, da Constituição Federal, combinado com o art. 341, item III, da Resolução nº 6, de 1960, o Inspetor de Segurança, PL-8, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Francisco Louzada.

Senado Federal, em 10 de setembro de 1965.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Senado Federal aprovou e eu, Auro Moura Andrade, Presidente, nos termos do art. 47, nº 16, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 86, DE 1965

Aposenta Geraldo Teodoro Ferreira, Auxiliar de Portaria, PL-8, do Quadro da Secretaria do Senado Federal

Artigo único. É aposentado, com os vencimentos integrais e a gratificação adicional a que faz jus nos termos do art. 191, item I, da Cons-

tituição Federal, combinado com o art. 341, item III, da Resolução nº 6, de 1960, o Auxiliar de Portaria, PL-8, Geraldo Teodoro Ferreira.

Senado Federal, em 10 de setembro de 1965.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 64 da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 87, DE 1965

Suspende a execução do inciso IV do § 1º do art. 27 da Constituição do Estado da Guanabara, de 27 de março de 1961

Art. 1º É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal, em sessão de 22 de março de 1965, na Representação nº 561, do Estado da Guanabara, e execução do inciso IV do § 1º do art. 27 da Constituição daquele Estado, de 27 de março de 1961.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 13 de setembro de 1965.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

ATA DA 138ª SESSÃO, EM 13 DE SETEMBRO DE 1965

3ª Sessão Legislativa, da 5ª Legislatura

PRESENCIA DOS SRS.: GUIDO MONDIN E RAUL GIUBERTI:

As 14 horas e 30 minutos
acham-se presentes os Srs. Senadores:

Pedro Carneiro
Manoel Dias
Menezes Pimentel
Heribaldo Vieira
Aloysio de Carvalho
Joséphat Marinho
Eurico Rezende
Raul Giuberti
José Feliciano
Gastão Müller
Atílio Fontana
Guido Mondin (12)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — A lista de presença acusa o comparecimento de 12 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte:

EXPEDIENTE

OFÍCIOS

— Ao Sr. Ministro Presidente do Tribunal de Contas da União, de 9 de mês em curso — Comunica haver aquela Corte ordenado a anotação do ato correspondente ao Decreto Legislativo nº 77-65;

— do Presidente da Assembleia Legislativa de Goiás, de 27 de agosto — Agradece a comunicação referente à suspensão, através da Resolução nº 71-65, da Lei nº 173, de 7.10.48, daquele Estado;

— da Associação dos Advogados de São Paulo, de 12 de agosto — Agradece a comunicação referente à rejeição da Resolução nº 32-65 do Senado;

— da Associação Brasileira de Enfermagem, de 27 de agosto — Manifesta-se contra a aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 140-65 que prorroga por dois anos o prazo estabelecido pela Lei nº 3.640-59, para os exames de habilitação para os

Auxiliares de Enfermagem e Parteiros Práticos.

RESPOSTA A PEDIDO DE INFORMAÇÕES

Do Sr. Ministro da Saúde — Aviso nº Br. 64, de 9 do mês em curso, com referência ao Requerimento número 330-65, do Sr. Senador Vasconcellos Torres, sobre um foco de esquistossomose existente em Sumidouro.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — O expediente lido vai à publicação.

A Presidência deferiu, hoje, o Requerimento 619, apresentado na sessão anterior, no qual o Senador Gilberto Marinho solicita informações a serem prestadas pelo Departamento Administrativo do Serviço Público. (Pausa).

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondin) — Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Manoel Dias.

O SR. MANOEL DIAS:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, em discurso anterior, em que, sob a forma de esboço, analisamos a economia piauiense através de suas diversas fases evolutivas, fizemos ver que a sua grande necessidade atual é exatamente a sua integração na economia nacional. Em virtude da divisão do País em zonas econômicas fatalmente diferenciadas pelas peculiaridades de nossa geografia, essa integração não pode ser atingida senão pela presença cada vez mais vigorosa do meu Estado no contexto nordestino. E' portanto, gradativamente, que haveremos de fazer sentir a nossa participação na vida econômica da Nação.

Esse pensamento dominou as preocupações dos nossos estudiosos e dos nossos administradores. Até 1960, sobretudo, não nos era possível raciocinar de outro modo. Teríamos de ser atraídos, irresistivelmente, pelo determinismo de nosso meio fisiográfico. Por isso nos voltamos com uma deliberação muito definida para a região em que nos situamos.

E nesse sentido não é pouco o que realizamos. Instituiu-se entre os Estados do Nordeste uma solidariedade perfeitamente qualificada, que, sobre os motivos de naturais afinidades, deu a essa parte do Brasil uma feição inconfundível. Em termos de economia, de civilização e de cultura, ti-

nhamos a impressão de marchávamos para uma espécie de auto-suficiência que a forte conjunção de interesses definia e sedimentava.

De tudo isso restam flagrantes bem assinalados. Não foi outra, por exemplo, a causa do amortecimento de nossa luta por um porto marítimo. O adentramento de nossas ligações por estradas deu-nos novas perspectivas. A navegação do rio Carnaíba, sangradouro tradicional de nossos produtos e, por outro lado, via-de-acesso do Norte para o Sul do Estado, foi aos poucos perdendo o interesse e, afinal, praticamente, desapareceu.

Era o entrosamento crescente com o comércio da região que nos atraía. Quem, hoje, se detiver no exame de um mapa do Piauí observará exatamente, o que ora expressamos: Não mais cogitamos senão de construir estradas, que nos pusessem em comunicação imediata com os Estados nordestinos. As vias dirigem-se nesse sentido. Pouco procuramos o Maranhão. E' ele que também se volta para os novos rumos abertos.

Pessoalmente estamos convencidos, entretanto, de que outras condições se criaram, e que vêm alterar profundamente o destino da economia piauiense.

Não há negar que continuamos e continuaremos na dependência das rodovias. Se for possível, numa simples expressão, resumir a fase atual de nossas atividades, diríamos que estamos no ciclo do caminhar. E' este meio de transporte, intensamente utilizado para as grandes distâncias para todas as distâncias, que vem interligando as - cidades piauienses entre si e estas aos centros produtores do País. Toda a nossa economia se escoa através do caminhar. A única estrada de ferro que temos importa pouco. O avião, apesar do notável desenvolvimento de nossas vias aéreas, está longe de nos atender. Daí a nossas vistas se voltarem para a construção das rodovias.

Já não é, porém, para as estradas regionais que dirigimos nossa especial atenção.

Como ressaltamos antes, assim pensávamos até 1960. O Sul do País, até essa época, parecia inatingível para os nordestinos. As poucas vias terrestres existentes eram percursos longos demais, e quase ao acaso conectadas umas às outras, levando-nos ao resto do País através dos Estados mais desenvolvidos do litoral. O eixo da civilização brasileira, tendo como

ponto de referência a capital da República no Rio de Janeiro, era a determinação dessa situação.

Entretanto, com a construção de Brasília, houve substancial transformação. A nova Capital imprimiu direção diferente ao processo da vida nacional. Inegavelmente, por sua posição, tornou-se o centro das atividades do País. Apesar de ser apenas um começo, Brasília já é o manancial, por excelência, da vida brasileira. Erguida para ativar e dinamizar as energias nacionais, ao mesmo tempo como ponto de convergência e de irradiação dessas energias, a Capital é a maior agência de nossa interiorização.

Sem dúvida, essa nova perspectiva nacional exerce poderosa influência sobre a determinação da economia de meu Estado.

Não abandonamos os caminhos antes trilhados. Perfeitamente intrasados no Nordeste, como paga ao tributo necessário do determinismo já referido, é imperioso que demandemos outras regiões, outros Estados, os mais próximos e os mais afastados. E isso, a esta altura, somente será possível através de Brasília isto é, das múltiplas e inadiáveis consequências de ordem nacional que criou esse extraordinário centro vital.

Com essas observações, pretendemos pugnar com o maior interesse pela efetivação do plano rodoviário nacional, cuja finalidade é integrar o País em um todo único.

Para o Piauí, cujos direitos impostergáveis defendo ardorosamente, esse plano tudo representa. Sou a hora de nossa expansão econômica. E esta não se fará senão por meio de estradas que nos ponham em contacto real e íntimo com as demais coletividades do País.

Teresina, a progressista cidade piauiense, a cidade que mais cresce em todo o Nordeste, segundo afirmam as estatísticas, desempenha inegável função de metrópole do Estado. Já é, e será muito mais ainda, a cidade da região que enfeixará, num soberbo entroncamento, o maior número de estradas, inclusive de vias férreas. Daí a necessidade de vivificar o plano rodoviário nacional, em execução, com ramificações imprescindíveis. Com a energia de Boa Esperança, prestes a se tornar em plena realidade, por força de sua construção prioritária, a economia piauiense terá imprevisto desenvolvimento. Por esse desenvolvimento, e friso bem, pelo que ele já representa na atualidade, defendo pa-

ra o meu Estado uma ligação rodoviária mais eficiente com as demais regiões do País.

Dentro dessa perspectiva, está o dever do Governo Federal de providenciar com urgência a conexão de vias já existentes com o grande eixo Fortaleza-Brasília. Teresina liga-se com a BR-020 — Estrada Fortaleza-Brasília — cujo traçado está confirmado pelo novo plano rodoviário nacional, através da cidade de Picos. Essa ligação, porém, não é bastante. Grandes áreas, entre as de maior produção agrícola do Estado, sem esquecer-se que a esse contexto pertencem, também vastas zonas de produção do vizinho Estado do Maranhão, se encontram completamente desprovidas de meios de escoamento. Esse estrangulamento é fatal à economia do Piauí, e, como visto, da região. Há uma forma de desfazê-lo, até imediatamente. É a ligação da estrada estadual que, procedente de Teresina, passa por Floriano, a segunda cidade do Estado e depois de Itaueira, termina em Canto do Buriti. Somos convencidos da grande serventia dessa rodovia se, desta última cidade, se prolongar até à Estrada Fortaleza-Brasília. Não poderá, entretanto, ser isso tarefa do governo estadual. A ligação de Canto do Buriti à Fortaleza-Brasília deverá fazer-se pelo plano rodoviário nacional que, entretanto, não a prevê.

Falando nesta augusta Casa do Senado Federal, espero que a minha palavra em defesa do Estado menos favorecido pela União alcance a devida ressonância. Todos os Estados, inclusive o Piauí, somos filhos legítimos do Brasil. (Muito bem. Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Raul Guberli) — Tem a palavra o nobre Senador Guido Mondin.

O SR. GUIDO MONDIN:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, o Ministério da Fazenda possui, em seu quadro de pessoal, três carreiras de agentes fiscais: os agentes fiscais do Imposto de Renda, os agentes fiscais do Imposto de Consumo e os agentes fiscais do Imposto Aduaneiro. Estas três séries são integrantes do Grupo Ocupacional Fiscal de que trata a Lei nº 3.780, de 1960, tendo todas elas as mesmas características de classes definitivas no plano de classificação de cargos e no Art. 19, da Lei número 4.503, de 1964. Isso significa que todos os agentes fiscais do Ministério da Fazenda têm, necessariamente, idênticas atribuições e responsabilidades.

Foi por isso, Sr. Presidente, que, no ano passado discutimos e aprovamos um projeto de lei que se transformou na Lei nº 4.345, precisamente de 26 de junho do 1964. Esta lei há um artigo, o Art. 35, que diz:

“Dentro do prazo de cento e oitenta dias, a partir da vigência desta Lei, o Poder Executivo enviará ao Congresso Nacional projeto de lei dispondo sobre a uniformização do regime de retribuição de todas as séries de classes integrantes do Grupo Ocupacional — Fisco a que se refere a lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960”.

Já faz algum tempo, encaminhei, através da Mesa, requerimento ao Ministério da Fazenda, procurando saber das razões por que, transcorrido o prazo determinado pela lei, de cento e oitenta dias para que fosse enviada ao Congresso a mensagem a que alude a Lei 4.345, de 1964. Foi informado, agora, de que outros cinquenta requerimentos iguais foram encaminhados, por Deputados e Senadores, fazendo a mesma indagação ao Ministério da Fazenda.

Tomo conhecimento, ainda, Sr. Presidente, de que algumas das telegramas têm sido transmitidos, já ao Ministério da Fazenda, já ao Sr. Presidente da República, ainda no mesmo sentido, um memorial da Associação dos Agentes Fiscais foi entregue ao Chefe do Governo. S. Ex.º a que tomo conhecimento, manifestou sobre ele não só o maior interesse, como vivo empenho em dar acolhimento às reivindicações muito justas daquela classe.

Esse memorial foi endossado pelas assinaturas de 67 Srs. Congressistas. Entretanto, são decorridos, da data da lei até hoje, 44 dias. Portanto, está ultrapassado, de muito, o prazo de 180 dias.

Na sua luta, os Agentes Fiscais do Imposto Aduaneiro enviaram agora ao Sr. Presidente da República uma carta, que foi publicada em vários jornais, reafirmando seu ponto de vista, clamando, solicitando ao Supremo Magistrado da Nação seu maior interesse no sentido de que seja enviada ao Congresso a mensagem de que nos fala a Lei nº 4.345.

Na verdade, Sr. Presidente, não é mais possível que esta situação prossiga. Lembro, apenas para fazer comparação, o que se deseja é uniformizar os vencimentos de quatro grupos fiscais. Uma vez que têm idênticas atribuições e responsabilidades, não nos parece justo prossiga esta disparidade.

Hoje, para citar alguns exemplos, enquanto um Agente Fiscal do Imposto de Consumo recebe, no Nível 14, Cr\$ 816.803 e o Agente Fiscal do Imposto de Renda, Cr\$ 850.000, o Fiscal Aduaneiro recebe apenas Cr\$ 191.800. Quer dizer, uma disparidade gritante! Os de Nível 18 recebem, igualmente, Cr\$ 850.000, enquanto os Agentes Fiscais do Imposto Aduaneiro recebem apenas Cr\$ 225.400.

Já no nível 18, conservam, os Agentes Fiscais do Imposto de Consumo e os do Imposto de Renda, os Cr\$ 850.000, enquanto que os Agentes Fiscais Aduaneiros apenas recebem Cr\$ 266.000.

Sr. Presidente, em rápidas palavras, quero juntar minha voz aos reclamos da União Nacional dos Agentes Fiscais do Imposto Aduaneiro — já o fiz outras vezes; repito-o agora — no sentido de que o Sr. Ministro da Fazenda mande, pelo menos, a minuta do projeto de lei ao Sr. Presidente da República para que este elabore a mensagem a ser enviada ao Congresso, visando a estabelecer, de uma vez por todas, a justiça que se reclama em favor dos Agentes Fiscais do Imposto Aduaneiro.

Considero como lida essa carta aberta — elaborada pelos Agentes Fiscais do Imposto Aduaneiro, e dirigida ao Sr. Presidente Castello Branco — e a envio à Taquígrafia para que integre esta minha intervenção.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem. Muito bem)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR EM SEU DISCURSO

CARTA ABERTA AO PRESIDENTE CASTELLO BRANCO

Rio de Janeiro, GB, 8 de setembro de 1965.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Marshal Humberto de Alencar Castello Branco:

A União Nacional dos Agentes Fiscais do Imposto Aduaneiro, num supremo esforço em defesa do seu legítimo direito, dirige respeitosamente a Vossa Excelência esta carta, cujos termos e propósitos justificam, “data venia”, este desvelado apelo. Inicialmente, roga a atenção de Vossa Excelência para a seguinte exposição:

— O Ministério da Fazenda possui em seu Quadro de Fis-

soal 3 (três) carreiras de agentes fiscais, a saber: Agentes Fiscais do Imposto de Renda, Agentes Fiscais do Imposto de Consumo e Agentes Fiscais do Imposto Aduaneiro. Estas séries são integrantes do Grupo Ocupacional Fiscal, de que trata a Lei nº 3.780-60. Possuindo estas três séries de Agentes Fiscais as mesmas características de classes definidas no Plano de Classificação de Cargos e no Art. 19 da Lei nº 4.503-64, isto significa que todos os Agentes Fiscais do Ministério da Fazenda têm (necessariamente) idênticas atribuições e responsabilidades. Isto, a razão imperiosa que por si só justifica a existência do Art. 35 da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964 — “verbis”.

“Art. 35. Dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias a partir da vigência desta Lei, o Poder Executivo enviará ao Congresso Nacional projeto de lei dispondo sobre a uniformização do regime de retribuição de todas as séries de classes integrantes do Grupo Ocupacional Fiscal, a que se refere a Lei... nº 3.780, de 12 de julho de 1960.”

Sancionado do próprio punho de Vossa Excelência e referendado por todos os Srs. Ministros de Estado, o dispositivo legal transcrito acima estabelece o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para o seu cumprimento. Todavia, Excelência, mais de 400 (quatrocentos) dias são passados, sem que tenha sido observado o disposto no dito mandamento da Lei.

Na qualidade de legítima representante da série mais numerosa do Grupo Fiscal, esta Associação dirigiu memoriais ao Sr. Ministro da Fazenda, tanto na fase do prazo legal previsto no citado artigo 35, como após o seu vencimento, mas não veio a esperada providência.

Dada a situação de ilegalidade em que permanece o caso, inuitas autoridades dos Poderes da República têm intervido, ressaltando a necessidade de restabelecimento do Império da Lei. Assim é que “A Voz do Brasil” divulgou a existência de mais de 50 (cinquenta) Requerimentos de Informações de Parlamentares das duas Casas do Poder Legislativo, todos indagando sobre o descumprimento do Artigo 35 da Lei número 4.345-64. Centenas de telegramas e telex têm tido igual finalidade. No mesmo sentido, um memorial desta Associação foi entregue em mãos a Vossa Excelência, que ao recebê-lo demonstrou o melhor acolhimento. Referido memorial, que está endossado pelas assinaturas de 67 (sessenta e sete) Srs. Congressistas Federais apoiadores de Vossa Excelência, foi oficialmente encaminhado pela respeitável Casa Civil dessa Presidência ao Sr. Ministro da Fazenda.

Enquanto ocorre tudo isto, Excelência, os agentes fiscais do Imposto Aduaneiro, cuja função influi sobremaneira no êxito de qualquer planejamento baseado na arrecadação de tributos federais, continuam prejudicados, relegados a um plano inferior de tratamento, sofrendo privações de toda ordem, embora de há muito lhes tenha a Lei assegurado Justiça.

Estes mesmos Agentes do Fisco Federal, que agem como verdadeiros termômetros da Política de Importação-Exportação do País, representam importantíssimo papel na economia nacional, posto que sua função pública relaciona-se diretamente com toda a renda tributária brasileira.

No atual concerto das nações há sempre alguns povos interessados em adquirir o que produzimos, bem como há os interessados em nos vender o que consumimos. É o complexo das necessidades modernas em ação. Mas isto não significa que ao Brasil só interessa importar o que não pode produzir, nem que só deve exportar o que produz em excesso. E daí se estabelece um jogo permanente de interesses multilaterais, mecânica internacional de trocas, onde reside o sério problema de garantir a boa execução da política que neste terreno for adotada pelo Governo do Brasil.

Pois bem, Excelência, aos Agentes Fiscais do Imposto Aduaneiro cabe a série e intrínseca tarefa de assegurar o cumprimento dessa política, fiscalizando e controlando a aplicação das leis de tarifas brasileiras, os enargos cambiais referentes ao comércio exterior, os acordos e convênios assinados com países estrangeiros. De tudo isto depende o desenvolvimento de nosso parque industrial, o florescimento de pesquisas científicas do maior interesse para o Brasil, e também o emprego da respectiva mão-de-obra especializada nacional. Vale a pena lembrar que as mercadorias e matérias-primas saídas irregularmente do País prejudicam diretamente o saldo de nossas divisas no exterior, e as vezes afetam a própria segurança nacional. Por outro lado, os bens ilegalmente entrados no território pátrio jamais serão objeto de qualquer tributação, e assim geram riquezas ilícitas que nunca serão declaradas oficialmente, sendo por isso altamente lesivas aos interesses do Estado.

Não obstante esta realidade clara em que os Agentes Fiscais do Imposto Aduaneiro desempenham funções realmente protetoras da arrecadação dos demais tributos, além de possuírem as mesmas características legais de classe atribuídas aos seus colegas Fiscais do Imposto de Consumo e de Renda, são eles tratados com insuportável disparidade de retribuição, conforme se vê no quadro abaixo:

Nível	Agente Fiscal do Imposto de Consumo	Agente Fiscal do Imposto de Renda	Agente Fiscal do Imposto Aduaneiro	Fiscal Aux. Imposto Intern.
18	850.000	850.000	266.000	—
17	850.000	850.000	—	—
16	850.000	850.000	225.400	—
15	831.803	850.000	—	—
14	816.803	850.000	191.800	—
13	—	—	177.800	766.048
11	—	—	152.800	—

Observações: Dados oficiais constantes do Proc. nº 72.881/65 do M.F.

Pode Vossa Excelência observar que até os integrantes de uma série auxiliar têm nível inicial mais alto e percebem 5 (cinco) vezes mais do que os Agentes Fiscais do Imposto Aduaneiro que ingressaram nesta carreira principal através de concurso público do DASP e inclusive são na maioria pontadoras de títulos universitários, havendo alguns merecido a designação para Diretor-Geral da Fazenda Nacional e outros até atingido o cargo de Ministro do Estado dos Negócios da Fazenda.

Quando é bem conhecido o nobre espírito que o Chefe do Poder Executivo tem desenvolvido para incluir a Realidade de Retribuição entre os funcionários das três Poderes da República, com base na identidade de Atribuições e Responsabilidades, quando se acha em franca execução a Reforma Tributária com o fim de aumentar a arrecadação, e quando o Governo já cogita de novo aumento geral do funcionalismo público, ainda menos se compreende que permaneça à margem de consideração um instituto de Direito consignado em Lei, cuja vigência estipula prazo (vencido há oito meses), para a solução de um caso que exuberava em aspectos determinantes daqueles outros.

Com efeito, Excelência, é de mister evocar o disposto na letra "b" do artigo 1º do Decreto que criou comissões para estudar o próximo aumento dos funcionários da União "verbis":

"e) correção das distorções salariais ainda existentes no Serviço Público Federal."

Nesse dispositivo sobressai o cuidado de Vossa Excelência em fazer eliminar a rude injustiça de tratamento desigual impingido a iguais.

Vivendo num Regime Democrático, sob os desígnios da patriótica Revolução de 31 de março de 1964, regime que se esmera por mostrar à Nação que agora todos os brasileiros podem confiar no Espírito de Justiça e no Alto Sentido de Responsabilidade do Governo Federal, tudo faz acreditar, Excelência, que virá de pronto a medida necessária para que seja cumprido o Artigo 33 da Lei nº 4.243, de 26 de junho de 1964.

Finda esta singela exposição, os Agentes Fiscais do Imposto Aduaneiro de todo o Brasil esperam, com vigorosa fé, que Vossa Excelência providenciara a execução de um dos três anteprojeto para este fim mandados elaborar pelo Sr. Ministro da Fazenda, ou ainda uma das minutas de Decreto que, com igual finalidade, se encontram no Gabinete de S. Ex.ª Professor Otávio Gouveia de Bulhões.

Nesta oportunidade, a União Nacional dos Agentes Fiscais do Imposto Aduaneiro reitera a Vossa Excelência os protestos de profundo respeito e da mais distinta consideração.

Assis Olímpio Bezerra, Presidente. — Ivan Teixeira, Diretor.

O SR. PRESIDENTE:

Raul Giuberti — Tem a palavra o nobre Senador Raul Giuberti.

O SR. ADILIO FONTANA:

(Sem leitura do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, a Mensagem do Poder Executivo, nº 520-65, de 12 de agosto de 1965, tem por finalidade alterar a Lei do Imposto de Vendas e Contribuições.

Na Mensagem, o Poder Executivo, notando a situação de injustiça que se cria, foi aprovado o projeto de Comissão

de Finanças, que alterou, bastante, o projeto inicial.

Em seguida, veio o projeto para esta Casa, e aqui se encontra na Comissão de Finanças.

O fato é que o prazo fatal, para apreciação da matéria, termina no dia 4 de outubro próximo.

Estamos preocupados com a possibilidade de não haver quorum para a votação daquele importante projeto, nesta Casa.

Como se sabe, a Lei nº 4.243, que alterou fundamentalmente o Imposto de Vendas e Contribuições, causou um grande transtorno. Dezenas e dezenas de processos foram encaminhados ao Supremo Tribunal Federal, e o projeto atualmente em tramitação no Congresso Nacional, criado de Mensagem do Poder Executivo, ainda não define claramente as atribuições a quem cabe o tributo respectivo, se ao Estado produtor da mercadoria ou ao Estado onde ela é consumida.

Declaramos deixar registrada, nos Anais da Casa, a nossa preocupação quanto à hipótese da falta de quorum para a votação do projeto. O texto original do projeto do Executivo, continuava a confundir, a qualificação de interpretações e, pior do que tudo isso: os Estados produtores de gêneros alimentícios, ou melhor, aqueles onde se desenvolvem a agricultura e a pecuária em grande escala, não poderão arrecadar o tributo indispensável à manutenção de seus serviços públicos, não terão sequer meios para pagar o funcionalismo, não poderão conservar as estradas indispensáveis à circulação das riquezas e ao transporte de gêneros alimentícios para os grandes centros urbanos, não poderão dar a mínima assistência aos nossos já abandonados agricultores e pecuaristas. Enfim, criaremos uma situação verdadeiramente crítica.

Dai por que desejamos fazer um apelo aos Srs. Senadores e à direção da Casa a fim de que façam o possível para que o projeto possa ser votado nestes próximos dias porque, como todos sabemos, estamos às vésperas de eleições em 11 Estados da Federação e creio que já uma parte dos nossos colegas estão nos seus Estados, atendendo a compromissos políticos, ajudando na campanha eleitoral, enquanto outros terão que retornar aos seus Estados. Assim, há necessidade desse esforço para evitar que seja sancionado o projeto inicial que, como disse, terá uma situação insustentável. O próprio Executivo vai ficar decepcionado com o resultado obtido pelo projeto e, pior do que isso, vai ter de enviar nova mensagem para não fim às divergências, às dúvidas, às incertezas.

Nós, nos Estados do Sul, estamos ainda sofrendo verdadeira calamidade em consequência das enchentes. São milhares as condições das estradas. A BR-2, por exemplo, está interrompida. Construída ponte provisória sobre o Rio Pelotas, para substituir a que caiu, com as enchentes, também esta veio a ruir. Mesmo com a utilização das pontes das estradas de ferro, também em péssimas condições, o tráfico é dos mais precários.

Ora, se o Governo não pode cobrar o imposto de vendas e contribuições, como poderá recuperar essas estradas?

Com o término das chuvas, mas com as estradas na situação já descrita, não permitindo trânsito maior, se os impostos não forem arrecadados pelos Estados produtores, então teremos a impossibilidade, de parte do Governo Estadual, de recuperar essas estradas.

É preciso, portanto, que o Congresso se discuta de que se deve dar aos Estados produtores o Imposto de Vendas e Contribuições sobre seus produtos de agricultura e de pecuária. De outro lado, convencer cada um para a situação desses Estados, dificulta-

do o suprimento de gêneros alimentícios às grandes zonas urbanas.

Não é possível tirar dos Estados produtores aquele tributo, que era cobrado por eles até à vigência da Lei 4.243. Aquela tributo é indispensável para a manutenção dos serviços públicos, mas com esta lei criou-se verdadeira confusão.

Os Estados produtores pagaram a cobrar indenizações por danos e imposto sobre os produtos da lavoura e da pecuária, mas os Estados que vendem a mercadoria passaram a cobrar a cobrança. De modo que surgiu a situação a mesma pessoa e a situação do Executivo, realmente, sem saber qual.

Finalmente, os Assentados do Senador Presidente da República não tiveram uma orientação clara para esclarecer a quem caberia o imposto, se ao Estado produtor, se ao Estado vendedor. Nestas condições, ao Congresso cabe determinar sobre quem recaia o tributo.

Se não votarmos, nestes próximos dias, o projeto, dificilmente registraremos a quorum até o término do prazo fatal, que será a 4 de outubro próximo.

Dai a nossa preocupação, Senhor Presidente, porque tudo que agrava a situação do povo brasileiro, principalmente no que tange ao setor da alimentação, é fator de perturbação, de agitação, de descrença no próprio regime que desfrutamos, regime democrático.

Devemos fazer um esforço no sentido de darmos aos Estados produtores uma lei clara, definida, que determine se se deve ou não, e a quem se deve cobrar esse tributo.

Esperamos que estas palavras tenham ressonância para que, num grande esforço se vote este projeto, para tranquilizar as classes produtoras, os Governos dos Estados produtores e, finalmente, para a ordem e o bem público da Nação.

Era o que desejava dizer, Senhor Presidente. (Muito bem)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Com a palavra o nobre Senador Raul Giuberti.

O SR. RAUL GIUBERTI:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, ocupei a tribuna desta Casa para, cumprindo doloroso dever, comunicar aos membros do Senado da República o falecimento, ontem em nosso Estado, na cidade de Castelo, do Deputado José Vivacqua Sobrinho.

Membro de tradicional família do Espírito Santo, era irmão do Senador Atílio Vivacqua, que, por muitos anos, ocupando esta Casa, o fez com brilhantismo e patriotismo, defendendo os interesses não só do nosso Estado, como de nossa Pátria.

Prefeito do Município de Castelo, José Vivacqua Sobrinho, dentro de uma administração brilhante, propiciou aquela comuna grande desenvolvimento, através de um trabalho honesto e produtivo, conseguindo eleger-se deputado-estadual.

Membro do Partido Social Progressista, representou condignamente o nosso Partido e o Município do Sul do meu Estado, na Assembleia Legislativa Estadual.

Neste instante de grande sofrimento para a família Vivacqua, da tribuna desta Casa endereçamos à viúva, Dona Dercy Vivacqua, e aos familiares do Senhor José Vivacqua Sobrinho, os nossos mais profundos sentimentos. (Muito bem)

COMPARECEM MAIS OS SENHO-

RES SENADORES

Oscar Passos
Edmundo Levi

Arthur Virgílio
Pessoa de Queiroz
José Leite
Filinto Müller

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Não há mais oradores inscritos. (Pausa).

Passa-se à

ORDEN DO DIA

Deu-se leitura ao Projeto de Lei nº 1973, de 1965, do Projeto de Decreto Legislativo nº 129, de 1964 (nº 51-A, de 1963 na Câmara dos Deputados), que mantém o ato do Tribunal de Contas de negatário de registro a termo de contrato celebrado, em 28 de setembro de 1954, entre a 6ª Região Militar, com sede em Salvador, Bahia, e a firma individual Engenheiro Civil Clodoaldo Vieira Passos.

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondim) —

Item 17:

Discussão, em turno único, da redação final, oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 1.073, de 1965, do Projeto de Decreto Legislativo nº 129, de 1964 (nº 51-A, de 1963 na Câmara dos Deputados), que mantém o ato do Tribunal de Contas de negatário de registro a termo de contrato celebrado, em 28 de setembro de 1954, entre a 6ª Região Militar, com sede em Salvador, Bahia, e a firma individual Engenheiro Civil Clodoaldo Vieira Passos.

Em discussão a redação final.

Se nenhum dos Srs. Senadores de-seja fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa).

Esta encerrada.

Não havendo emendas, nem requerimentos para a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independente de votação, nos termos art. 316-A, do Regimento Interno.

O projeto vai à promulgação.

E' a seguinte a redação final aprovada:

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 129, de 1964 (nº 51-A, de 1963, na Casa de origem).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 129, DE 1965

Mantém o ato do Tribunal de Contas de negatário de registro a termo de contrato celebrado, em 28 de setembro de 1954, entre a 6ª Região Militar, com sede em Salvador, Bahia, e a firma individual Engenheiro Civil Clodoaldo Vieira Passos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' mantido o ato do Tribunal de Contas, de 19 de novembro de 1954, de negatário de registro a termo de contrato, de 28 de setembro de 1954, celebrado entre a 6ª Região Militar, com sede em Salvador, Estado da Bahia, e a firma individual Engenheiro Civil Clodoaldo Vieira Passos, para a construção de grupos de casas na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

Item 18:

Discussão, em turno único, da redação final, oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 1.073, de 1965, do Pro-

Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 1965 (nº 208-B-65 na Câmara dos Deputados), que determina o registro do Convênio nº 1-64 celebrado, em 30 de março de 1964, entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região Fronteira Sudoeste do País e a Sociedade Educadora e Beneficiária do Sul com sede na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Em discussão a redação final.

Se nenhum dos Srs. Senadores de-sejar fazer uso da palavra, encerrar-sei a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

Não havendo emendas, nem requerimentos para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independente de votação, nos termos do art. 316-A, do Regimento Interno.

O projeto vai à promulgação.

É a seguinte a redação final aprovada:

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 1965 (nº 208-B-65, na Casa de origem).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu,

Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 1965

Determina o registro do Convênio nº 01-64-69, celebrado em 30 de março de 1964, entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região Fronteira Sudoeste do País e a Sociedade Educadora e Beneficiária do Sul, com sede na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Tribunal de Contas da União registrará o Convênio número 01-64-69, celebrado, em 30 de março de 1964, entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região Fronteira Sudoeste do País e a Sociedade Educadora e Beneficiária do Sul, com sede na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, mantenedora da Escola São Carlos de Santa Vitória do Palmar, no mesmo Estado.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Não há oradores inscritos. (Pausa).

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim):

Lembro aos Senhores Senadores que amanhã, às 11 horas, estará reunido o Congresso Nacional para receber a S. A. Real Grão Duque Jean Marc de Luxemburgo.

O SR. PRESIDENTE:

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, designando para a próxima a seguinte

ORDEM DO DIA

Sessão de 14 de setembro de 1965

(TERÇA-FEIRA)

1

REQUERIMENTO Nº 617, DE 1965

Votação, em turno único do Requerimento nº 617 de 1965 pelo qual a Comissão Especial para o estudo e a coordenação de medidas tendentes a estabelecer o controle dos preços de exportação de matérias-primas solicita a convocação do Sr. Ministro da Fazenda a fim de perante aquele órgão fazer exposição sobre relacionados com a exportação de produtos agropecuários e minerais.

2

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 85, DE 1965

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 85, de 1965, de autoria da Comissão Diretora, que prorroga por um ano a licença concedida a Antônio Augusto Gentil Cabral, Noticiarista da Secretaria do Senado Federal.

3

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 86, DE 1965

Votação, em turno único do Projeto de Resolução nº 86 de 1965 de autoria da Comissão Diretora, que põe à disposição do Governo do Estado do Ceará a Oficial Legislativo, PL-6, Moema Fernandes Távora.

4

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 87, DE 1965

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 87 de 1965 de autoria da Comissão Diretora, que torna sem efeito a nomeação de Sérgio de Pontes, candidato habilitado em concurso, para o cargo de Auxiliar Legislativo, PL-10, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

5

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 89, DE 1965

Votação em turno único, do Projeto de Resolução nº 89 de 1965 de autoria da Comissão Diretora, que nomeia José Carlos Alves dos Santos, candidato habilitado em concurso, para cargo de Auxiliar Legislativo.

6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 17, DE 1964

Votação em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 1965, originário da Câmara dos Deputados (nº 64-A, de 1963, na Casa de origem), que mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de compra e venda celebrado entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, como outorgante vendedora e Carlos Grandino, como outorgado comprador, tendo pareceres favoráveis (números 150 e 151, de 1965) das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 163, DE 1965

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 163, de 1965 (nº 3.026-B-65 na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que dispõe sobre a fiscalização do comércio e uso de produtos fitossanitários e dá outras providências, tendo parecer favorável, sob nº 1.071, de 1965, da Comissão de Projetos do Executivo.

8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 164, DE 1965

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 164, de 1965 (nº 3.029-B-65 na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que prorroga prazo estabelecido na Lei nº 2.341, de 22 de novembro de 1954, que concedeu financiamento para operações imobiliárias através da Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube Naval, tendo parecer favorável, sob nº 1.062, de 1965, da Comissão de Finanças.

9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 165, DE 1965

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 165, de 1965 (nº 3.030-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que abre, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000.000 (dois bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), destinado ao combate à malária, tendo parecer favorável, sob nº 1.061, de 1965, da Comissão de Finanças.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 166, DE 1965

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 166, de 1965 (nº 3.033-B-65 na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que torna obrigatório, pelas empresas concessionárias de serviços públicos o emprego de madeiras preservadas e dá outras providências, tendo parecer favorável sob nº 1.073, de 1965, da Comissão de Projetos do Executivo.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 167, DE 1965

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 167, de 1965 (nº 3.034-B-65 na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que dispõe sobre a obrigatoriedade de serem ouvidas as autoridades florestais na aprovação de plantas e planos de loteamento para venda de terrenos em prestações, tendo parecer favorável, sob nº 1.074, de 1965, da Comissão de Projetos do Executivo.

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 168, DE 1965

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 168, de 1965 (nº 3.037-B-65 na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que concede pelo prazo de 2 (dois) anos, isenção dos impostos de importação e de consumo bem como das taxas de despacho aduaneiro de melhoramentos dos portos e de renovação da Marinha Mercante aos materiais importados pelos Bancos estaduais, para uso próprio, tendo pareceres favoráveis sob números 1.076 e 1.077, de 1965, das Comissões de Projetos do Executivo com a emenda que oferece, sob número 1—CPE: e de Finanças com votos vencidos dos Srs. Senadores Aurélio Vianna, Adolfo Franco e Oscar Passos.

13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 20, DE 1964

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado número 20, de 1964, de autoria do Sr. Senador Edmundo Levi, que acresce parágrafo único ao artigo 13 da Lei nº 4.324, de 14 de abril de 1964, que institui o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Odontologia, tendo pareceres (números 376, 377 e 378, de 1965) das Comissões: de Constituição e Justiça, favorável; de Educação e Cultura, pela rejeição e de Legislação Social, pela rejeição, com votos vencidos dos Srs. Senadores Aarão Steinbruch e Edmundo Levi.

14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, DE 1964

Votação em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado número 68, de 1964, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que regula a cobrança

do imposto de vendas e consignações nos Estados, tendo parecer sob nº 1.065 de 1965, da Comissão de Constituição e Justiça, pela tramitação em conjunto com o PL/3.038/65, em andamento na Câmara dos Deputados.

15

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 17, DE 1965

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado número 17, de 1965, de autoria do Sr. Senador Faria Pavares, que dispõe sobre abatimento dos preços de passagens nas ferrovias federais e de taxas telegráficas, tendo pareceres sob números 1.049, 1.050 e 1.051, de 1965, das Comissões: de Constituição e Justiça pela constitucionalidade; de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, pela rejeição; de Finanças, pela rejeição.

16

PARECER Nº 1.021, DE 1965

Votação, em turno único, do Parecer número 1.021, de 1965, da Comissão de Constituição e Justiça pelo arquivamento das Mensagens números 400 e 489 (números 199/65 e 253/63 no Senado), pelas quais o Sr. Presidente da República submeteu ao Senado a escolha dos Srs. Moacyr Araújo Pereira e Aluísio Lin, de Vasconcelos Chaves, para Membros dos Conselhos Administrativos da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro e do Pará.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 23, DE 1964

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 23 de 1964 (nº 4.293-B-62 na Casa de origem), que dispõe sobre a organização do Ministério das Minas e Energia, e dá outras providências tendo

Pareceres (ns. 383, 398 e 1.053 de 1965) das Comissões

— de Serviço Público Civil, favorável com as emendas que oferece de ns. 1-CSPC a 3-CSPS;

— de Finanças, favorável ao projeto e às emendas da Comissão de Serviço Público Civil; e

— de Minas e Energia (audiência requerida em virtude da aprovação do REQ/340/65), favorável com as emendas que oferece de ns. 1-CME a 22-CME, com restrições do Sr. Senador Filinto Müller em relação à emenda nº 3.

18

REDAÇÃO FINAL — PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1, DE 1965

Discussão, em turno único da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 66 de 1965, do Projeto de Resolução nº 1 de 1965, que suspende a execução do art. 11 da Lei nº 2.772 de 21 de julho de 1961, do Estado de Santa Catarina.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 30 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SENHOR SENADOR EURICO REZENDE NA SESSÃO DE 9 DE SETEMBRO DE 1965, QUE SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE

O SR. EURICO REZENDE:

Senhor Presidente, Senhores Senadores, ocupo esta tribuna no cumprimento de penoso e indeclinável dever.

A biblioteca sentimental de minha vida se viu, ontem, inesperadamente despojada de um precioso volume.

É que faleceu, na cidade de Alegre, no meu pequeno-grande Estado do Espírito Santo, o Sr. Augusto de Barros Junior.

O destino do pranteado extinto desdobrou-se, notadamente, em três ângulos: ele foi o médico, o político e o jornalista. Nas três facetas, o Dr. Augusto de Barros Junior teve a acompanhar-lhe, permanentemente, uma virtude e um atributo: a honradez pessoal e a inteligência vigilante, de permelo com uma pertinácia, que era a sua característica fundamental.

Médico, desenvolveu suas atividades incessantemente, na compreensão exata das peculiaridades da nossa geografia interiorana, que o conduzia, de modo freqüente, a levar a sua ciência, o seu amparo e o seu consólio às fa-

zendas, às vilas e às palhoças do nosso submundo rural. Muitos podem a ele se ter igualado nesse mister. Ninguém, porém, o excedeu nesse dinamismo anárquico.

Jornalista, minia memória alcança, de modo vivo, o seu paqueto e valente periodico — "A folha do Alegre" — mantida, num gesto de heroísmo, às suas expensas. Nas suas colunas, ecoavam as críticas aos maus administradores, os estímulos aos que começavam a jornada e o elogio aos que realizavam o bem público.

Político, era um incompreendido, e a agressividade do seu temperamento, muitas vezes, fazia com que seus próprios companheiros de causa elegantemente o afastassem das reuniões preparatórias das pugnas eleitorais, para só o preferirem depois do esquema traçado. Nem sempre o queriam na preparação, mas o desejavam na execução das campanhas, mercê do seu ardor e da sua combatividade.

Mas se era um temperamental, nisto estavam a sua dignidade e o seu valor: era homem de convicções invioláveis que tinha no seu temperamento não o homem intransigente, mas o cidadão de uma firmeza imbatível, quaisquer que fossem as conveniências

pessoais em jogo. Militou sempre nas trincheiras da Oposição. O situacionismo governamental não convinha nem se ajustava ao seu espírito polémico. Era, enfim, um combatente, sem reservas mentais, nem tibiezas.

Integrava o Dr. Augusto de Barros Junior Presidente, uma família honrada e tradicional do município de Alegre, com as profissões que colocavam os seus membros na intimidade dos sofrimentos populares: a medicina e a farmácia.

Essa família, a qual me prendem laços tão afetivos, vem sendo desgastada nos seus ramos mais respeitáveis.

Antes, era a morte a retirar da intervenção da cidade querida o tronco dessa genealogia frondosa: o Dr. Augusto de Barros, a quem não conheci pessoalmente mas cuja memória é sempre evocada.

Depois, foi o farmacêutico Lauro Barros, tão madrugadoramente roubado do convívio da esposa, dos filhos e dos amigos, deixando sulcos profundos de recordação e de saudade.

Em seguida, o destino impiedoso convocou para o reinado da eternidade sem sombras o nosso dileto Benjamin Barros, titular do maior prestígio político individual naquele município em todos os tempos e que sempre se afirmou, no entusiasmo dos correligioná-

rios e no respeito dos adversários, como uma fascinante instituição humana de bondade e de filantropia.

Agora, apesar de ainda não se ter operado a convalescença da família, ilustre diante de tantos impacitos, o mistério da eternidade convoca para a presença do pai e dos irmãos a alma vibrante de Augusto de Barros Junior.

Por isso, Senhor Presidente, meu coração se cobre de luto e meu espírito se orvalha de consternação.

Esses vultos queridos que se foram assistiram, na rainha cativante cidade de Alegre, pedaços da minha infância e contemplaram, com os olhos do afeto, beçados da minha adolescência, e mais tarde estimularam e prestigiaram instantes decisivos de minha vida pública.

A eles, mais uma vez, a prece silenciosa da minha impercível saudade.

Aos seus descendentes, dedico, nesta hora de dor e de mágoa, de sofrimento e de luto, as sinceras vozes de minha solidariedade espiritual e religiosa.

Que Deus Todo Poderoso, no regaço iluminado da sua bondade, dê a Augusto de Barros Junior o descanso que jamais teve na terra, pois sua vida sempre foi marcada pelas fadigas de um peregrino que nunca se deteve no prolongar das lutas e das jornadas. (Muito bem; muito bem)

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

ATOS DO SR. DIRETOR-GERAL

PORTARIA Nº 97, DE 10 DE SETEMBRO DE 1965

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve no termos do artigo 208 da Resolução nº 6, de 1960, suspender por 15 (quinze) dias Francisco Pereira da Silva, Auxiliar de Limpeza, por haver faltado com o devido respeito a uma funcionária do Quadro Anexo.

Secretaria do Senado Federal, em 10 de setembro de 1965. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

PORTARIA Nº 93, DE 10 DE SETEMBRO DE 1965

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições resolve, designar os Redatores de Anais e Documentos Parlamentares, Aloisio Barbosa de Souza e José Benício Tavares da Cunha Melo e o Oficial Legislativo Gilberto Fernandes Alves, para, sob a presidência do primeiro, integrarem a Comissão de Sindicância incumbida de apurar o fato em que figura como acusado o Auxiliar de Limpeza, Francisco Pereira da Silva.

Secretaria do Senado Federal, em 10 de setembro de 1965. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

COMISSÃO DE INQUÉRITO

PORTARIA Nº 2-65

O Presidente da Comissão de Inquérito designada pela Portaria nº 2, de 15 de junho de 1965, do Exmo. Sr. Presidente da Comissão Diretora do Senado Federal, resolve no termos do art. 227, da Resolução nº 6-60, designar "ex officio", o funcionário Luiz de Souza Leão, Auxiliar Legislativo, PL-10, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, para apresentar, no prazo de dez (10) dias, defesa por escrito, do indiciado revel, Francisco Silvestre de Carvalho, em vista do que dos autos consta.

De-se ciência ao funcionário designado.

Brasília, em 6 de setembro de 1965.

— Evandro Mendes Vianna, Presidente da Comissão de Inquérito.

Cliente: em 6.9.65.

EDITAL

Pelo presente edital, fica convocado o Motorista, PL-10, João Batista Paular, a comparecer a esta Secretaria a fim de justificar sua ausência ao Serviço, sob pena de lhe ser aplicado o disposto no artigo 210, item II e § 1º da Resolução nº 6, de 1960.

Secretaria do Senado Federal, em 10 de setembro de 1965. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

ATAS DAS COMISSÕES

COMISSÃO DO POLÍGONO DAS SECAS

ATA DA 3ª REUNIÃO, REALIZADA EM 18 DE AGOSTO DE 1965.

Aos dezoito dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, às quinze horas, no Salão Nobre do Senado Federal, reúne-se extraordinariamente, a Comissão do Polígono das Secas, sob a presidência do Sr. Senador Aurélio Vianna, Vice-Presidente, presentes os Srs. Senadores Heribaldo Vieira, José Leite e Sigfredo Pacheco.

Deixam de comparecer, por motivos justificados, os Srs. Senadores Ruy Carneiro — Presidente, Sebastião Archer, Argemiro Figueiredo, Dix-Huit Rosado e José Agripino.

A ata da reunião anterior é lida e, sem discussão, aprovada.

O Sr. Presidente solicita ao Sr. Senador Heribaldo Vieira que assuma a presidência da Comissão e, a seguir, na qualidade de relator, profere parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 121, de 1965, que "dispõe sobre a fixação dos limites da área do Polígono das Secas nos Estados da Bahia, Pernambuco e Minas Gerais".

O parecer acima referido, após ser submetido à discussão e posto em votação, é aprovado.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião. Para constar, eu, Claudio I. C. Leal Neto, Secretário, lavrei a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

Comissão Especial para "Proceder ao estudo e à coordenação de medidas tendentes ao controle de preços de exportação das matérias primas, minerais e produtos agropecuários nacionais".

ANEXO DA ATA DA 4ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 2 DE SETEMBRO DE 1965, ÀS 8,40 HORAS

PUBLICAÇÃO DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Presidente: Senador Sigefredo Pacheco.

Relator: Senador José Ermírio.

Convidado: Senhor Ministro das Minas e Energia, Engenheiro Mauro Thibau.

O SR. PRESIDENTE:

(Senador Sigefredo Pacheco) — Existindo número legal, declaro aberta a reunião.

Dispensar a leitura da ata da reunião anterior que, colocada em votação, é aprovada sem debates.

O SR. PRESIDENTE (Sigefredo Pacheco) — Presente o Senhor Ministro Mauro Thibau, das Minas e Energia, que gentil e pressurosamente atendeu ao nosso convite para comparecer a esta Comissão, dou por abertos os trabalhos, passando a palavra ao nosso eminente relator, Senador José Ermírio.

O SR. RELATOR (Senador José Ermírio) — Senhor Ministro, as perguntas que vamos fazer, algumas duras, não têm significação outra a não ser de amizade, de colaboração amigável e sincera para com a sua Pasta, assim como ao meu prezado amigo as receba. Se V. Exª desejar, posso deixar com V. Exª todas estas perguntas. A primeira é a seguinte: (Lê):

1ª) É fato notório, que tanto a produção como o consumo de fertilizantes em nosso país é insignificante. Enquanto isso, o México, por exemplo, já produz cerca de 400 toneladas diárias de amônia, e está aumentando essa produção visando alcançar 1.400 toneladas diárias. Até mesmo a Índia, com tantos problemas, está produzindo mais de 1.100 toneladas diárias de amônia, e tem planejamento para que esse índice se eleve a 3.000 toneladas. O Brasil, como se sabe, não produz ainda nem 100 toneladas diárias de amônia, o mesmo acontecendo com os adubos fosfatados e a base potássica. Nossa agricultura tem um rendimento de menos da metade do que devia produzir, exatamente por falta de adubação adequada. Assim é que a produção do milho devia atingir cerca de 3.000 quilos por hectare, enquanto a de trigo devia ultrapassar 2.500 quilos por hectare. A Dinamarca já produz cerca de 6.000 quilos de trigo por hectare, e a Itália acima de 3.000. Por todas essas razões, pergunta-se:

a) Quais as condições do custo de energia elétrica para a montagem de fábrica de fertilizantes nitrogenados e fosfatados, nos seguintes lugares, com suas respectivas demandas de energia elétrica 25.000 e 15.000 quilowatts: — Pórtos Algere, São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Guanabara?

b) quanto custa o quilowatt-hora tomando-se por base essas demandas, e tendo-se como fator de potência acima de 85 %?

O SR. SENADOR HERIBALDO VIEIRA — Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sigefredo Pacheco) — Com a palavra, pela ordem, o nobre Senador Heribaldo Vieira.

O SR. SENADOR HERIBALDO VIEIRA — (Pela ordem — Não foi revisado pelo orador) — Senhor Presidente, não seria mais interessante houvesse um intervalo em cada pergunta, para que o Senhor Ministro Mauro Thibau pudesse fazer a explanação sobre ela.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — (Relator) — De acordo com a sugestão de V. Exª, Senador Heribaldo Vieira.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sigefredo Pacheco) — Seguiremos a sugestão de V. Exª, Senador Heribaldo Vieira, para melhor andamento de nossos trabalhos.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — (Relator) — (Lê):

2ª) O Brasil possui mais de 80 % de sua energia elétrica hidráulica instalada, enquanto os Estados Unidos apenas 19,5 %. Conforme relatório do OXYGEN-STEEL MAKING = COST = COMPARISON, o custo do quilowatt para a siderurgia é calculada na base de 9 milis o quilowatt-hora, o que representa em nossa moeda 17 cruzeiros o quilowatt-hora consumido. Perguntamos:

O SR. SENADOR HERIBALDO VIEIRA — Senhor Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sigefredo Pacheco) — Tem a palavra, pela ordem, o Senhor Senador Heribaldo Vieira.

O SR. SENADOR HERIBALDO VIEIRA — (Pela ordem — Não foi revisado pelo orador) — Senhor Presidente, pelo menos, de modo geral, o Senhor Ministro Mauro Thibau poderia dar alguma informação a Comissão e se reserve para dar outros dados posteriormente, porque não é possível que tenha todos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sigefredo Pacheco) — Proporia que, depois que o Senador José Ermírio fizesse as perguntas, fossem passadas para o Senhor Ministro Mauro Thibau para que ele as respondesse.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — Perfeito. (Lê):

Perguntamos:

a) Quanto está custando essa energia para a nossa indústria siderúrgica?

b) qual o custo calculado atualmente para essa indústria nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Guanabara, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco e Ceará?

3ª) Dentro de pouco tempo tudo indica que o Nordeste lutará com enormes dificuldades, por falta de energia. Mesmo que os planos da SUDENE não sejam atrapalhados pelo Governo Federal, a situação no fim de 1966 será de absoluta falta de energia em todo o Nordeste. A cidade do Recife, onde a distribuição de energia já era precaríssima durante o tempo das concessionárias, continua nas mesmas condições. E note-se que estamos gastando com a compra daquele ferro velho, que aliás já era de pleno direito do Estado, cerca de 13 milhões de dólares. Perguntamos:

a) Quais as providências tomadas e qual o tempo previsto para a garantia de fornecimento de energia para o Estado de Pernambuco e de mais Estados do Nordeste?

4ª) Quais as sobras disponíveis de energia nos Estados de Minas Gerais, Guanabara e São Paulo?

5ª) Quais as possibilidades de fornecimento de energia nos Estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul?

6ª) Com um fator de carga de 80 %, uma indústria de São Paulo paga

cêrca de 39 cruzeiros o quilowatt-hora consumido, dos quais a Eletrobrás, o imposto único, a quota de previdência, representam 50 % do total pago. Qual a razão desse gravame, num país como o nosso, que precisa exportar, que necessita desenvolver-se e que não terá condições de produzir economicamente, a não ser que o preço da energia seja mais condizente? Quanto pesa nesses impostos o preço pago pelas concessionárias?

7ª) De acordo com a maior autoridade em custos de instalações geradoras de energia elétrica — "CREAGER AND JUSTIN" — o custo para se instalar uma usina hidrelétrica de 100 mil quilowatts é de 100 dólares por quilowatt instalado; de 300 mil, 80 dólares. Como todos sabemos, é realmente muito elevado o custo das instalações geradoras de energia, quer hidráulica quer térmica. Perguntamos:

Qual a razão de o Governo construir usinas com capacidade para a produção de milhões de quilowatts, para depois entregar a distribuição dessa energia a companhias estrangeiras? Em São Paulo, por exemplo, afirma-se que uma companhia estrangeira distribuidora de energia elétrica tem um lucro diário de cerca de 300 milhões de cruzeiros. Não seria mais acertado, Senhor Ministro, que esse lucro pertencesse ao nosso país, ao nosso Governo, diretamente?

8ª) Se o Governo encampou o ferro velho das concessionárias alegando que assim agia para evitar "áreas de atrito", embora se tratasse de empresas sem a menor possibilidade de crescimento dentro do país, perguntamos:

Por que estamos criando agora deliberadamente outras áreas de atrito, criando condições excepcionais para outras empresas estrangeiras? Quais os motivos desse modo de agir do Governo?

Senhor Ministro, aqui termina a parte referente à electricidade. Depois vem a segunda parte, que é a referente a minério.

O SR. MINISTRO MAURO THIBAU — Senhor Presidente e Senhores Senadores, em primeiro lugar permita-me expressar a satisfação de poder estar aqui presente nesta Casa do Congresso Nacional, como bem disse o nobre Senador Relator e num trabalho de colaboração a respeito do Poder Executivo e Poder Legislativo e que no meu entender é a única forma efetiva de tratarmos do verdadeiro interesse público.

Creio haver dado, no passado, a demonstração inequívoca e o propósito do Governo, no setor executivo e, principalmente, no setor de Minas e Energia, de estreitar, o mais possível, essas relações, como também, toda vez que se me ensejar a oportunidade não perdia no sentido de manter-mos esse contato. Isto porque so assim, efetivamente, estaremos praticando a democracia.

É a única maneira efetiva de darmos o conceito democrático na divisão dos poderes com harmonia, sem a qual a eficiência do Governo não se manifesta.

Assim como no passado, aqui compareci voluntariamente para discutir os problemas que o Executivo apresentava ao Legislativo, como também não tenho me furtado a, todas as vezes em que sou solicitado — e até, algumas vezes quando não o sou, mas que me apareça uma oportunidade conveniente manter estreitas essas relações.

No caso em pauta, Senhor Presidente, a convocação que recebi não me deu uma descrição exata da matéria a ser objeto de inquirição. Dessa maneira não me preparei suficientemente...

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Razão por que, Senhor Ministro, fiz por escrito as perguntas para que V. Exª possa melhor responder.

O SR. MINISTRO MAURO THIBAU — ... como não tenho, comigo, os elementos que me premitam dar as respostas precisas. Entretanto não me furtarei a abordar os temas propostos e, creio, se pudermos dividir por temas, de acordo com a decisão adotada pela proposta do nobre Senador José Ermírio, eu passaria a focalizar, dentro da proposição formulada pelo ilustre Relator, o tema energia elétrica.

As perguntas iniciais referem-se a valores de custo de energia elétrica. Não lhe posso dar, de memória, com precisão, o quanto custaria para estas dadas condições técnicas de fornecimento, embora seja perfeitamente viável fazê-lo.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Senhor Ministro, passarei às mãos de V. Exª documentos de meu arquivo que, tenho certeza, lhe serão de muita valia.

O SR. MINISTRO MAURO THIBAU — Ao mesmo tempo em que lhe prometo a resposta no mais curto prazo possível, das perguntas específicas, acredito que posso adiantar-lhe alguma coisa sobre a questão do custo que está sobrelevando na exposição que V. Exª fez e que aqui se encontra comigo.

Nos estamos hoje, no Brasil, dentro da faixa de preços das Nações do Mundo Ocidental que no setor industrial oscilam os seus preços para energia firme, entre 1 e 10 centavos de dólar ou entre 9, 10 mil e 100 mil — seriam 10 centavos de dólar — conforme localização, conforme condições de fornecimento, proporções, etc.

Esta faixa, por conseguinte, tem que ser comparada também dentro das mesmas condições, entre o Brasil e os outros países. Quer dizer, um caso especial como este a que V. Exª se refere, do artigo feito para esta revista e que cita 9 mil, embora seja um preço sabido como viável, não quero crer que seja um preço médio, muito menos no mundo. Talvez seja para condições especiais. No nosso caso, mandarei as diferentes comparações solicitadas por V. Exª. Acredito que nos compararíamos razoavelmente no tocante à tarifa. É verdade, e devo esclarecer, que no preço pago pelo consumidor há uma parcela substancial que não é tarifa.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Cêrca de 50 %

O SR. MINISTRO MAURO THIBAU — Por conseguinte, na comparação de tarifas, nossa situação é perfeitamente equânime.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Em alguns Estados; outros, não.

O SR. MINISTRO MAURO THIBAU — Em quase todos. Naqueles em que não é viável, também o vulto do fornecimento não poderia ser atendido, porque, se o fosse, certamente o preço baixaria. Nos Estados ou nas regiões de pequena capacidade de consumo, em que os custos unitários são efetivamente elevados, então o custo da energia também resultará efetivamente elevados. No dia em que grande massa de consumo se verificar, o preço baixará, pela simples diluição que resultará da maior massa de energia fornecida.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Sr. Ministro, em Salvador a energia é ainda cara. Em Pórtos A'egre, idem. Inauguramos uma usina em Santa Catarina, e quase a desmontávamos, pois não tínhamos energia. Essas são as razões. Isso para nós não tem importância. Se um homem quiser montar uma siderurgia na Bahia quanto irá pagar? Se ele for pagar Cr\$ 62 não terá condições de concorrer com ninguém.

O SR. MINISTRO MAURO THI-BAU — Se ele for um consumidor que quiser usar energia da CHESF ele vai pagar um preço que regula a oito mil.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Mas se estiver na área das concessionárias, que não deviam existir mais?

O SR. MINISTRO MAURO THI-BAU — Se ele não tiver o vulto do consumo que justifique essa ligação direta, muito provavelmente não terá em seus produtos a energia como fator decisivo no preço. Por conseguinte, não lhe afetará sensivelmente na sua comercialização esse valor.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Mas um forno elétrico não pode mais existir em Salvador.

O SR. MINISTRO MAURO THI-BAU — Um forno elétrico exigiria um limite razoável de consumo e potência para justificar uma ligação direta.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Mas não chegaria dentro da cidade de Salvador.

O SR. MINISTRO MAURO THI-BAU — Sim, dificilmente chegaria.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Mas o pior é que estenderam até Santo Amaro, uma cidade a 80 km ao sul, sem autorização do Conselho de Águas e Energia.

O SR. MINISTRO MAURO THI-BAU — Se essa extensão foi feita sem autorização, é nula de pleno direito.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Temos duas grandes indústrias em Pernambuco. Uma delas foi obrigada a construir uma linha de extensão e está pagando uma fortuna por kw/hora embora esteja situada fora de Salvador. É uma indústria de chumbo que é útil ao País.

O SR. MINISTRO MAURO THI-BAU — O custo da distribuição, que agora todas empresas revendedoras, é efetivamente um custo elevado. Há um certo conceito no sentido de que o ônus da energia está na produção, mas, na realidade, o ônus da distribuição é bem maior que o da produção. E distribuir é bem mais penoso, sob o ponto de vista administrativo que produzir. De maneira que ao encontrarmos uma empresa distribuidora comprando energia e revendendo, efetivamente esses ônus da distribuição se manifestam em sua grandeza total, visto que não há como diminuí-los. O problema é difícil, delicado, porque todas as vezes que se transfere o consumo de uma companhia para uma produtora estaremos cada vez mais incrementando o custo resultante para consumidores da distribuição, uma vez que os ônus serão repartidos com maior número de quilowatt-hora consumido.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — As empresas distribuidoras não se interessam de produzir energia, elas gostam de distribuir, porque elas recebem do Governo Federal para distribuir. É o caso de Furnas, os investimentos lá são muito pequenos.

O SR. MINISTRO MAURO THI-BAU — Sob o ponto de vista de capitalização de Furnas, é mais fácil ao Governo Federal cuidar da produção de energia uma vez que esta é efetivamente mais fácil menos onerosa mais adaptada a uma concentrada.

Longe de significar uma vantagem para o Governo Federal distribuir diretamente, justamente porque o ônus da distribuição é mais pesado...

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Se não distribui diretamente como pode ter grandes indústrias no País as indústrias básicas? Como pagar dois lucros, o das concessionárias e o custo?

O SR. MINISTRO MAURO THI-BAU — O lucro é sempre o mesmo. Há necessidade de uma explicação nessa questão de lucro e custo. A energia é comércio regular e qualquer que seja a forma pela qual é repartida, o encargo de serviço, a remuneração do empresário é sempre sobre o seu investimento. A variação do preço decorre da divisão separada entre um e outro tipo, entre um e outro setor de atividade.

Se uma empresa se encarrega do setor mais oneroso, esta fica gravada, os seus consumidores ficam gravados, enquanto que a outra que fica com a parte menos onerosa terá seu custo resultante menor.

Mas não há duplicidade de onus, jamais.

No serviço de energia elétrica não é viável esta superposição.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — V. Ex.^a acaba de dar razão. Se ligar diretamente, terá consumo mais barato. Ao passo que passando pela empresa, tem o dobro.

O SR. MINISTRO MAURO THI-BAU — Gasta mais, mas não como decorrência do custo de serviço e do lucro.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Por que ainda manter essas concessionárias?

O SR. MINISTRO MAURO THI-BAU — Porque se for feita a incorporação das empresas depositárias com as produtoras, estas terão gravado sobre si o ônus da distribuição. Então, o que pode haver — e é preciso entender bem isso — é tão-somente o rateio. Jamais qualquer superposição ou incrementos de custo. Somente pode haver distribuição entre os consumidores de um rateio diferente dos seus custos.

No momento, por exemplo, em que a Hidrelétrica do São Francisco, a CHESF, incorporar todas as empresas que revendem suas energias...

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Concordo com V. Ex.^a com relação à distribuição de pequena monta nas não com relação às grandes, porque V. Ex.^a não desconhece, por exemplo, de que no Norte, como em Recife ou em Salvador, se tiverem de pagar tarifas seria preciso haver uma ligação das firmas produtoras com as firmas consumidoras.

O SR. MINISTRO MAURO THI-BAU — ... então esse preço mais reduzido, na firma produtora em comparação com a firma distribuidora, somente se verifica enquanto na firma produtora não incidir o ônus da distribuição. Então, efetivamente, ela representa um custo aliviado. Mas se transferirmos todas as distribuições, todos os encargos de distribuição para a empresa produtora haverá uma equiparação.

Em contrapartida, se deixarmos uma empresa somente com a prática onerosa de tudo que é distribuição residencial, a distribuição por prédios urbanos, e tirarmos toda a massa de energia industrial que possa servir de diluidor, de divisor para o custo, então, este custo subirá tremendamente para aquela classe de consumidores.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Perfeitamente.

O SR. MINISTRO MAURO THI-BAU — Assim, o justo equilíbrio, neste complexo, é tarefa realmente difícil.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Muito difícil, reconheço-o.

O SR. MINISTRO MAURO THI-BAU — Se facilitamos a indústria, ao tirá-la da ala da distribuidora e transportá-la à área da produtora, estamos, em contrapartida, onerando a residência.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — A Light, por exemplo, em São Paulo, está recebendo a energia por, aproximadamente, 19,8. Se utilizada com técnica, essa força gerada não é onus.

O SR. MINISTRO MAURO THI-BAU — Nobre Senador José Ermírio, no serviço de energia elétrica, não desconhece V. Ex.^a não existe propriamente o conceito do lucro, mas a remuneração do investimento efetivamente aplicado. É preciso aplicar por três ou quatro empresas em sucessão, sem que isto signifique incremento de custo por acumulação de lucros. Cada empresa só poderá aplicar como remuneração do que ela contribui para o serviço, em função do que efetivamente tiver investido, do que estiver contabilizado como tal.

Por conseguinte, se uma produz, a outra transmite, a outra transforma e a outra distribui. A sucessão será sempre o acúmulo de remunerações correspondentes a parcelas de serviço. Então, se tudo for feito junto, o valor do custo será o mesmo. Apenas poderá variar o rateio deste custo pelas classes de consumo. É a única área de liberdade.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Como se explica que Salvador receba de Paulo Afonso na base de Cr\$ 21 e Cr\$ 22 e revende a Cr\$ 48 ou Cr\$ 50?

O SR. MINISTRO MAURO THI-BAU — Não recebe da mesma empresa. E mesmo que recebesse, o serviço pelo custo faz com que cada empresa tenha um custo resultante de seus serviços. Duas empresas, dois custos; três empresas, três custos. Se o custo é três vezes maior, fatalmente ele será três vezes o valor.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Discordo de V. Ex.^a totalmente.

O SR. MINISTRO MAURO THI-BAU — Não é uma discordância, nobre Senador, V. Ex.^a pode discordar da legislação vigente.

O SR. SENADOR HERIBALDO VIEIRA — Há vários fatores que variam de região para região, que influem na diversidade dos preços: salários, por exemplo.

O SR. MINISTRO MAURO THI-BAU — Deixe dar aqui, para o próprio Senador-Relator, que já conheço de longa data...

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Eu queria fazer referência à CEMIG que V. Ex.^a incluiu com tanta certeza, tanta direção. Uma CEMIG organizada como está orientada como está, é fator de desenvolvimento de Minas Gerais. Se não existisse a CEMIG, Minas seria um Estado precário. Por que não se consegue orientar assim as do Norte, do Nordeste e de outros Estados?

O SR. MINISTRO MAURO THI-BAU — Se vamos voltar ao conceito de serviço pelo custo, cada região tem o custo que o serviço efetivamente demanda, requer. Então, o que ocorre quando se diz que Salvador compra energia a X e revende por 4 ou 5 X?

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Não é só em Salvador, no Estado de São Paulo, por exemplo, tenho notícia de que já estão vendendo em diversas cidades do interior, a 87 cruzeiros para energia residencial e 77 para a industrial. Não sei por que uma desigualdade dessas, para um País que precisa ter uniformidade e não um melhor do que o outro, pelo menos o mais próximo possível. 77 cruzeiros para uma indústria em Tatui, por exemplo, é demais!

O SR. MINISTRO MAURO THI-BAU — V. Ex.^a há de compreender **O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO** (Relator) — E indústria têxtil.

O SR. MINISTRO MAURO THI-BAU — ... a energia representa 1%,

1/2%, não vai afetar o custo da produção.

Vamos voltar a esse ponto que me parece importante, para conhecimento dos Srs. Senadores: por que compra por 20 e revende por 70, que ninguém entende?

Em primeiro lugar é preciso entender que compra por 20, em grosso, preço médio, e os 70 correspondem à classe máxima. Então, compra-se o preço médio com o preço máximo, é a primeira operação. Em segundo lugar, é preciso não esquecer que os 20 representam o preço líquido, sem taxas, sem impostos, sem nada; o outro, o preço bruto, com taxas, impostos, que representa quase que 50%. Em terceiro lugar, e preciso não esquecer, ainda, que o imposto de distribuição é o mesmo do da produção. Por conseguinte, o custo deveria realmente dobrar, mas a administração da distribuição é mais onerosa do que a da produção. Então, o número de empregados, o número de veículos, de equipamentos necessários para produzir é de muito inferior ao do necessário para a distribuição. De maneira que ao somarmos um preço que representa, vamos dizer, 40 ou 45% do custo total, efetivamente temos quase do dobrar o custo médio quando o revendemos para a distribuição miúda, para a distribuição residencial. Assim, a comparação normalmente é feita sem maldade, mas intrinsecamente capciosa, porque, quando se compara o preço de compra, o preço líquido médio de compra com o preço máximo de venda, com impostos e taxas, estamos com dois valores heterogêneos, duas quantidades heterogêneas a comparar. Esta é a explicação que resulta da maior parte da incompreensão entre o problema de produzir e o de distribuir, e que basicamente são estas três razões: a de que a comparação é heterogênea; a de que o custo efetivo da distribuição é mais elevado do que o da produção; e a de que no caso incidem impostos e taxas, e em outros não. Esses impostos e taxas no Brasil são pesados. Por que, Srs. Senadores? É uma contingência em que nos encontramos. Evidentemente impostos e taxas não são aplicados pelo Poder Executivo por seu próprio arbítrio; eles resultam da autorização legalmente obtida por leis que são votadas pelo Congresso. Essas leis foram sabiamente votadas.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Mas a administração de uma empresa distribuidora pode ser controlada.

O SR. MINISTRO MAURO THI-BAU — Sem dúvida.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — É para não haver divergência entre o Norte e o Sul, onde haja melhor administração.

O SR. MINISTRO MAURO THI-BAU — Não é questão de melhor administração; é uma questão de preço. Aliás V. Ex.^a citou a curva decrescente dos custos em função da venda e dos valores. Por conseguinte, ao se ter um sistema de um milhão de quilowatts os seus custos são muito menores do que aqueles de um sistema de cem mil.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Sr. Ministro, se uma empresa recebe energia a Cr\$ 20 e revende a Cr\$ 39, por que uma outra empresa, pertencente à Eletrobrás, recebe energia a Cr\$ 21 e vende a Cr\$ 60?

O SR. MINISTRO MAURO THI-BAU — Porque 2.000.000 kw representam, vamos dizer, 20.000.000 kw/h por ano.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — O Senhor não acha que sendo a Eletrobrás a orientadora do consumo e produção da energia elétrica, poderia estudar algo mais consistente para essa região?

O SR. MINISTRO MAURO THI-BAU — A LLEIROBRAS não é autoridade para este objetivo que, aliás, é muito importante e necessário de se ter em mira. A autoridade competente é o próprio Ministério das Minas e Energia. É preciso assegurar que me preocupo com a questão. Mas não posso fugir à pergunta em que me colocou a legislação sobre energia elétrica e digo como tudo sucedeu de que não vejo como poderíamos melhorar essa situação. A LLEIROBRAS, naturalmente, ela traduz uma determinada realidade, modifica-la seria, eventualmente, caminhar para uma utopia ou para a indisciplina. Se caminharíamos para uma tarifa única, seria uma utopia, pois uma tarifa que tem pouco consumo para o Brasil, o seu custo fatalmente terá preço médio superior àquela que tem maior consumo para atingir o seu custo. Precisariamos fazer por essas empresas, na área de consumo, ou realmente diluí-los é isso que estamos preocupados em fazer, e não transferindo todos os consumos industriais das áreas desenvolvidas. É isto o que estamos estudando agora, com muita seriedade, estabelecendo critério geral tarifário que permita a filosofia de que o custo deve ser proporcional ao valor da operação, as características técnicas do consumo aliado a preços justos o que evitará o colapso ao chegarmos à realidade tarifária.

Permita-me V. Ex.^a, ainda para esgotar a área de energia, uma outra ponderação.

É o porquê das taxas, dos impostos, que são tão altos no momento. É que a legislação que estabeleceu essas taxas, essas taxas é sábia e a única forma que permitirá ao Brasil ter uma funcionamento satisfatório dentro dos próximos anos. Não temos no Brasil mercado de capitais. Nada adianta uma empresa, mesmo como a CEMIG, que V. Ex.^a, exaltou há pouco, sem uma empresa que tenha lucratividade, assegurada, com tradição.

V. Ex.^a, que é um acionista querido da empresa, sabe que a CEMIG faz o mesmo que poderia ter feito uma empresa nas condições em que funciona, que desdobrou o seu capital remunerável. No entanto, se amanhã tiver necessidade de levantar na praça uma quantia modesta, um bilhão de cruzeiros não existirão tomadores, porque o nosso mercado de capital é inexistente, taxado pela indústria de transformação, quando não pela especulação.

Então, Srs. Senadores, onde ir buscar essas quantias imensas para prover as necessidades de amanhã? Iremos burocratizar, alternativamente, no Orçamento Nacional. Mas precisamos de oitocentos bilhões de cruzeiros por ano para sair da situação de equilíbrio estável em que nos encontramos para uma situação tranquila de abastecimento de energia. A captar-se oitocentos bilhões de cruzeiros no Orçamento Nacional seria quase que duplicar o programa de investimento total desse Orçamento.

Ora, não estamos, hoje, mais naquele delírio inflacionário, temos de pautar nosso orçamento dentro de uma prudência mínima. Então não cabe inflacionar o orçamento, nem se pode ou se deve desejar isto. Então como captar-se recursos não inflacionários? Não havia outra alternativa. Por isso é que disse que o legislador foi sádico em gravar o consumidor com um ônus, com um encargo que lhe é doloroso hoje mas que é muito menos do que um raciocínio desastroso amanhã. Quer dizer, esse industrial que hoje pensa para pagar sua conta, que é três ou quatro vezes maior do que era o ano passado, essa indústria certamente

penaria com vezes mais se em vez de ter de pagar a conta tivesse sua fábrica parada, com os operários ociosos, por falta de força para movimentá-la.

O SR. SENADOR HERIBALDO VIEIRA — O Sr. não pode também determinar o retorno médio no desenvolvimento industrial.

O SR. MINISTRO MAURO THI-BAU — Muito pouco, a não ser em casos especiais. O Sr. Senador José Ermirio focalizou o caso dos fornos elétricos. Fornos elétricos representam tipo de indústria sensível ao preço da energia. Poderia estender o caso da eletroquímica, ao lado de todos os processos em que a eletricidade é matéria-prima e não força-motriz. Quando a eletricidade é força-motriz, cobre 95% dos casos industriais. A incidência no preço do produto manufaturado é muito pequeno. Uma eletricidade disponível é muito mais importante do que uma eletricidade barata. O preço não é fator determinante. A qualidade do serviço, sim. Pela metade do preço e da qualidade não compensa.

O SR. SENADOR HERIBALDO VIEIRA — A política que V. Ex.^a delineia, repito, pode retardar o desenvolvimento industrial. Declarou Vossa Excelência que é muito pior uma empresa parar em face do racionamento da energia elétrica, mas, devo acrescentar, muito pior é deixar de instalar-se uma indústria por impossibilidade de enfrentar o problema energia elétrica, como está ocorrendo no Estado da Bahia, de onde muitas têm fugido, muitas têm mudado o rumo de suas atividades para outro setor, porque não podem enfrentar o problema da energia elétrica.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO (Relator) — No Rio Grande do Sul é a mesma coisa.

O SR. MINISTRO MAURO THI-BAU — Há muito poucas indústrias que poderiam deixar de se instalar em virtude do preço da energia. Apenas nos casos específicos, onde a energia elétrica é matéria-prima o preço é fator determinante. Normalmente, a indústria se localiza aqui ou ali em função de 4 grandes fatores básicos: mercado, matéria-prima, mão-de-obra e condições financeiras. Que pergunta o industrial sobre eletricidade? Apenas o seguinte: ela existe? A força motriz é disponível na quantidade e qualidade que necessita? Esta é pergunta para o economista fazer. O custo da energia, salvo as exceções que mencionamos, é subsidiário, entra numa etapa já muito refinada no processo de seleção.

O SR. ATILIO FONTANA — E não vai, em geral, a mais de 1%.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO (Relator) — Há indústrias em que ela vai a 80%. A do alumínio, por exemplo. Na indústria de alumínio se consome 20 kw por quilo, dependendo do preço da energia.

O SR. MINISTRO MAURO THI-BAU — Isso representa 14 a 15% do custo. As empresas que têm isenção do imposto único e que estão apresentando as suas solicitações ao Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica têm todas elas se situando em torno de 12, 14% de incidência no preço da energia, incluindo todas as despesas, impostos, tudo.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO (Relator) — E é o que interessa ao consumidor.

O SR. MINISTRO MAURO THI-BAU — Voltando à indagação do ilustre Senador Heribaldo Vieira, se Vossa Excelência me permite eu diria

que uma indústria que tem de vender o seu produto a 100 cruzeiros a unidade, se ela tiver que comparar a sua localização em função do preço de energia ela observará que, numa caso ela poderia vender o seu produto a 97, ou a 101, ou a 99,2. Ora, é suficiente uma variação de 1 ou 1,2% para que ela se decida aqui ou ali.

O SR. SENADOR HERIBALDO VIEIRA — Mas o problema de compatibilizar com que ela procure um lugar em que a energia elétrica seja mais barata e que aconteça em determinadas regiões e assim outras como as do Nordeste serão prejudicadas.

O SR. MINISTRO MAURO THI-BAU — V. Ex.^a há de concordar que com uma variação tão imperceptível de 1,2% a mais ou a menos no preço, que aconteça com as outras grandes razões de localização que eu menciono: Vei o mercado, como primeiro. Mercado é transporte, porque em função do transporte, terá ou não terá acesso a maior ou menor mercado.

O SR. SENADOR HERIBALDO VIEIRA — Mas permita-me, Sr. Ministro.

O bom mercado é aquele onde há menor quantidade de indústrias. Por exemplo: o Nordeste é grande mercado, mercado do Sul, porque há ali poucas indústrias. De forma que precisamos no Nordeste — e sou nordestino — criar indústrias, justamente para que não sejamos eternamente mercado dos outros Estados do Sul.

O SR. MINISTRO MAURO THI-BAU — Exato. Mas jamais conseguiria V. Ex.^a subverter uma situação à custa exclusivamente do preço da energia. V. Ex.^a conseguiria eliminar as condições de subsistência.

O SR. SENADOR HERIBALDO VIEIRA — É um fator a examinar.

O SR. MINISTRO MAURO THI-BAU — É fator pequeno, de mínima significação, pois V. Ex.^a sabe que numa indústria manufatureira normalmente são 40% do custo de mão-de-obra. Outros 40%, é de matéria-prima. Fica V. Ex.^a com 15% para a parte financeira, para os encargos financeiros, e vão os 5% restantes incluir todas as demais despesas, inclusive de energia elétrica. Dada a energia de graça, V. Ex.^a não conseguiria jamais superar os ônus ocasionados pelos demais fatores da produção. Então, é muito mais importante — e digo com a modesta experiência de quem só lutou na vida em função desses serviços de utilidade pública a que sempre pertenci — é muito mais importante que haja confiança no suprimento, que haja garantia de qualidade nesse suprimento, porque uma fábrica de tecidos que sofre variações de voltagem ou de ciclagem no seu suprimento de energia tem uma perda de produção por dia igual a duas ou três vezes o preço da energia...

O SR. SENADOR HERIBALDO VIEIRA — São fatores concorrentes.

O SR. MINISTRO MAURO THI-BAU — ... e do poder econômico. Quer dizer que são fatores concorrentes de produção e de custo, nos quais o preço é o de menor contração. E que pode, como disse, Sr. Senador? Segundo as sábias leis que foram votadas em boa hora em favor do país poderíamos dar o melhor emprego possível para os recursos que são captados. Não temos opção. Teríamos que caminhar para um raciocínio drástico e um verdadeiro colapso de tal serviço de energia elétrica, se não fosse, em boa hora, introduzidos os dispositivos de capta-

ção de recursos para investimentos novos.

O SR. SENADOR HERIBALDO VIEIRA — Perdoo V. Ex.^a a intervenção. Sou um leigo no assunto da melhor espécie, mas como homem público que sou e por gostar de me deter nos problemas do nosso País, a minha conclusão é a de que o fator energia tem sido decisivo na instalação de determinadas indústrias no Nordeste.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO (Relator) — A prova é Minas Gerais. Se não houvesse a CEMIG a preço razoável, ninguém iria para lá.

O SR. MINISTRO MAURO THI-BAU — No setor de indústria em que a energia é matéria-prima.

V. Ex.^a, Senador Heribaldo Vieira, está compreendendo bem esse sentimento que é quase o resultado de uma experiência de vida.

O SR. MINISTRO MAURO THI-BAU — Sr. Ministro, temos a questão dos fertilizantes. V. Ex.^a sabe que o transporte, no Brasil, é dos mais caros.

O SR. MINISTRO MAURO THI-BAU — V. Ex.^a concordaria em que se conseguiria cobrir a dificuldade do preço do transporte com o preço da energia?

O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO (Relator) — Concordo. Se V. Ex.^a quiser montar uma fábrica de fosfatados em Salvador, o consumo de energia é tão grande que não poderia concorrer com os Estados do Sul.

Nós estamos pagando, em Barra Mansa quarenta e dois cruzeiros o quilowatt enquanto os americanos pagam nove a dezessete cruzeiros. Se o País quer exportar, como é possível?

O SR. MINISTRO MAURO THI-BAU — Gostaria de fazer uma pergunta, como V. Ex.^a, considera esse quilowatt no custo do produto em Barra Mansa?

O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO (Relator) — Apenas recobi a conta o mês passado, quarenta e dois cruzeiros o quilowatt para o consumo de energia. A diferença é muito grande.

O SR. MINISTRO MAURO THI-BAU — Se V. Ex.^a tivesse energia de graça baixaria o preço dos seus produtos.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO (Relator) — V. Ex.^a, sabe, o lucro que elas estão tendo é mínimo.

O SR. MINISTRO MAURO THI-BAU — Na comparação sobre o lucro líquido aí surge nova faceta.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO (Relator) — Muito sério. O meu desejo é que a CEMIG continue a crescer.

O SR. MINISTRO MAURO THI-BAU — Este tipo de indagação que estou recebendo hoje foram as mesmas que a cerca de dez tive de enfrentar quando a situação era inversa em que a CEMIG estava na seu nascedouro com pequena quantidade de consumo não tinha como diluir o seu custo era bem elevado. Convencer os lavradores mineiros, que isto era útil e conveniente, levou todos os meus cabelos, eu os perdi lá. (Risos).

Estou absolutamente convencido de que foi a orientação certa. O mesmo princípio sadio de cobrar aquilo que o custo efetivo mostrava, verdadeiro valor do custo, nas condições atuais, sempre é um valor inferior a de muitas das áreas nacionais.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO (Relator) — Temos a certeza de que V. Ex.^a resolverá o assunto. Agora vou falar sobre os minérios. (Lê:)

1º) Quanto aos minérios de ferro,

O Brasil está atingindo a cerca de 10 milhões de toneladas na exportação de minérios de ferro, e tudo indica que esse índice tende a aumentar. Observamos o que se passa, a respeito, no mundo. A Suécia e a Austrália dirigiram sua exportação; até mesmo a Índia não atingiu a 10 milhões de toneladas. De outro lado, quais os países que estão aumentando sua exportação? A Libéria, a Venezuela, o Congo, o Chile, o Peru, e muitos outros, mas sempre países subdesenvolvidos ou dominados pelo controle estrangeiro.

O que fazer, senhor Ministro, numa situação em que, para se poder exportar minério, os irios das grandes potências as cidades de ferro, e pouco quanto resultado para a Nação, pois vender minério a 8 dólares a tonelada, somente se comprando num país subdesenvolvido, fazendo do câmbio, ou com mão-de-obra escrava. Salvo no caso do Canadá, que tem condições técnicas de transporte pelo Canal de São Lourenço, e cujas minas já pertencem a empresas estrangeiras. O que fazem os outros países? Procuram estudar com carinho a melhor maneira de sobrevivência e de não ser interrompido seu processo de desenvolvimento. Como agir em nossa Pátria? É sabido que o Brasil tem uma imensa mão de obra disponível, sem trabalho. É sabido que o eucalipto cresce em qualquer parte de nossa terra. Mesmo em Minas, em regiões ao lado dos minérios de ferro, temos plantando muitos milhões de eucaliptos, com excelentes resultados. Porque, senhor Ministro, não dar início a um imediato programa de reflorestamento com base no eucalipto, produzindo com carvão de madeira o melhor ferro guza do mundo, pois não tem impurezas, com créditos no seu preço no exterior, pela sua magnífica qualidade? Porque baixamos os preços e damos concessões não fretes das estradas de ferro, para a exportação de minérios de ferro, ao mesmo tempo que se aumentou em 1º de julho último em 35% esse mesmo frete para o ferro guza produzido no interior do país?

Pergunto ao senhor Ministro de Sua Excelência está ou não de acordo com esse programa não é o que mais atende aos interesses do Brasil. Se o certo será executar o máximo possível de minério de ferro, e produzir o máximo de ferro guza para exportação, utilizando-se mão-de-obra nacional, criando-se uma indústria de base dentro do país, economicamente sustentável?

10º) O mesmo está acontecendo com o manganês, onde somente a ICOMI está atingindo a cerca de 1 milhão de toneladas por ano, acumulando montanhas de minérios nos Estados Unidos, comprando a 25 dólares a tonelada, quando o seu preço, posto em péio americano, é de 72 dólares para o minério de 40% e de 75 dólares para o de 48%.

Sómente com relação aos dois minérios de que tratamos, ou seja o ferro e o manganês, o Brasil está perdendo atualmente mais de 130 milhões de dólares por ano, que não tem laçoável para um país que necessita do modo americano para estimular seu processo de desenvolvimento. Perguntamos:

Quero deixar, ainda, com V. Exa. alguns pontos norte-americanos recentes, em que estão registradas as peças correntes do minério de ferro, berilo, etc.

Perguntamos:

Vossa Excelência não está de acordo que deveríamos exportar, como aliás está fazendo a Índia, muito maior quantidade de ferro-manganês, que é um produto já industrializado, e que dá um resultado 4 vezes maior do que a exportação do minério bruto? Qual a razão por que até agora não se tem nenhuma providência nesse sentido?

11º) O comércio das peças de nossas matérias-primas, como o cristal de

rocha, a mica, o berilo, e muitas outras, está nas mesmas condições acima descritas com relação ao ferro e ao manganês. Quanto ao seu preço, talvez em situação ainda pior. Por que não se cria um entroposto de venda desses produtos a preços reais, a fim de melhor defender a riqueza mineral do país?

Não temos o preço do berilo. Parece que é de 54 ou 63 centavos por libra. Veja V. Exa. por quanto está vendido esse minério.

Não tenho idéia de quanto estamos perdendo com isso pois a exportação do Brasil é boa, no ano passado foi de 47 a 48% da produção mundial (Lê).

Grande parte da mica fica perdida nos garimpos, pois não é aproveitada, quando devia ser moída para a fabricação de peças usadas em todo o mundo. Que condições encontra hoje um minerador no interior, que apoia lha da o Ministério das Minas e Energia, no sentido de explicar a sua lavra?

12º) Pedras preciosas e semi-preciosas.

O contrabando é imenso, como é notório, e uma vez que o país produz muito, e as estatísticas oficiais não refletem essa realidade. Quais as providências tomadas para solucionar essa situação?

O mesmo acontece com o ouro, cuja produção verdadeira ninguém conhece, a não ser a da mina do Morro Velho, que é apenas uma parte dessa produção. Tem o Ministério das Minas e Energia geólogos e engenheiros de minas para auxiliar o desenvolvimento das pesquisas e da produção desses produtos?

13º) A produção mineral do Canadá, em 1964, atingiu a 3 bilhões, 438 milhões e 90 mil dólares. A dos Estados Unidos, no mesmo ano, ultrapassou a 20 bilhões e 400 milhões de dólares. Em ambos esses países essa produção foi alcançada industrializando esses minérios.

No Brasil temos encontrado as maiores dificuldades, a começar pela CACEX, que já tem decorrido cerca de 3 anos para a liberação de uma licença de importação!

Depois pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, que devia ter por função primordial favorecer empreendimentos básicos ao desenvolvimento do país. E aqui mais uma vez lembramos o pesado fardo representado pelo preço da energia elétrica, que tem sido aumentado quase que mensalmente.

Perguntamos:

Se nossa ideal, é, na verdade, ser o Brasil um país que tem por objetivo a crescente industrialização de suas matérias-primas, qual o apoio, qual o incentivo que o Ministério das Minas e Energia pode oferecer a empresas nacionais que sempre tiveram dificuldades para conseguir empréstimos, sem abater qualquer pagamento?

14º) Tratamos agora do petróleo.

A produção do Brasil tem diminuído de dois anos para cá. É certo que nos últimos meses deste ano houve algum aumento, mas mesmo assim sem se atingir a maior produção anterior. Sabendo-se que nossa importação de petróleo atinge cerca de 300 milhões de dólares por ano, qual o programa do Governo para o aumento da sua produção?

Qual o motivo por que a PETROBRAS não faz a distribuição do seu petróleo, quando as refinarias são suas também?

Qual a razão por que não se mistura mais álcool com a gasolina quando é sabido que o álcool possui mais poder calorífico que a gasolina? É própria gasolina? Ainda mais se lembramos que atualmente há em nossas cidades de uma de açúcar em todo o país?

Se o preço do álcool feito diretamente da cana de açúcar é um pouco maior do que o extraído do melão, por que não se pagar mais por esse álcool, assim evitando-se essa onerosa e desnecessária importação?

15º) Estanho.

É possível que o Brasil tenha a se tornar um grande produtor de estanho, pois possui na região amazônica, os chamados campos de que já estão sendo explorados de chorros casuais, mas ficando aproveitados como produto. Quais as informações que o Ministério das Minas e Energia tem a respeito da produção, e qual o programa da produção de estanho em todo o mundo?

16º) Cobre.

Embora seja muito, é a pura realidade: estamos sendo furados em cerca de 60% do valor do cobre, pois pagamos sobre o preço do Londres, que mantém um preço absurdo para o Brasil. Quais as providências que o Ministério das Minas e Energia tomou a respeito, inclusive visando o aproveitamento de nosso minério de cobre?

17º) Alumínio.

Consta que o grupo da ALCOA pretende montar no Brasil, mais precisamente em Minas Gerais, uma usina de alumínio. Quais os favores plicados e concedidos pelo Governo a essa empresa?

Vossa Excelência sabe que a única empresa que possui alúmina no país é a Companhia Brasileira de Alumínio, que jamais pediu qualquer favor ao Governo, teve de construir suas próprias usinas geradoras de energia elétrica, numa luta que durou cerca de dez anos, da qual afinal saiu vitoriosa. Por que se dar maiores vantagens ou privilégios a estrangeiros do que a nacionais? Que firma bem claro que não somos contra quem quer que seja que aqui venha se instalar contribuindo para nossa desenvolvimento. Somos apenas contra excessivos favores a estrangeiros, quando aos nacionais tudo se nega e se dificulta tudo. Nossa orientação tem como fonte inspiradora o pensamento de George Washington e Woodrow Wilson, o primeiro, quando disse, em seu "Discurso de Despedida", em 1793, que se lê em "Os Grandes debates da política exterior norte-americana", organizado por Ernest R. May.

"Não é erro maior que esperar ou levar em conta favores reais de nação para nação. É a uma nação que a experiência precisa curar e que um justo orgulho deve por de lado".

Wilson quando, já em 1912, em sua campanha eleitoral, da qual se tem a justa medida neste monumental "A Crucifixo of Freedom".

Há uma particularidade da história da América Latina a qual tenho certeza que lhes toca a fundo. Tendes ouvido falar de "dependência" nos cubistas estrangeiros lá mas não aqui nos Estados Unidos. Nós não damos concessões; nós os convidamos a fazer investimentos.

Mais adiante:

"Assim os Estados Unidos terão uma certeza de empregados a não ser que o nosso povo tome a determinação de torná-los uma geração de líderes".

O grande espírito dirigente de luta e líderes triunfantes, uma Nação de homens que criaram seus próprios processos de indústria e de vida. Assim nós nunca veremos o dia, e com confiança, em que os Estados Unidos nunca permitirão que o seu povo seja dividido e se coloque a mão por pelos seus próprios líderes".

E finalmente:

"Enquanto não saber como os uns homens de uma política, eles descepcionam o sistema de desenvolvimento a outros durante todo o dia. Não posso saber quais são os seus sonhos. Eles fa-

çam de coisas que eles sabem que não são verdadeiras, porque eles tem medo de alguma coisa. Medo existe no exterior de um homem bruto livre. O caminho para realizar a nossa independência econômica é a luta dos os versos conhecimentos para uma luta árdua em contato com a mais forte força moral do povo dos Estados Unidos".

Logo as palavras de Wilson, cuja força moral é imensa, e que se tornou uma espécie de guia para a indústria aqui no Brasil, a qual que não tem a mão.

V. Exa. não me leve a mal, mas estou procurando colaborar com V. Excelência.

O SR. MINISTRO MAURO THIBAU — Sr. Presidente, as duntas ponderações e as questões do nobre Senador José Ernâniro, com sua autoridade e experiência de homem que viveu por conta própria e que hoje conta com uma equipe das mais valiosas deste País, e com uma situação de quase ter que prestar um exame final, e que não é e completamente examinado.

Verificarei o que for possível responder de pronto, mantendo aquela disposição inicial de que não tive possibilidade de conhecimento prévio de assunto a ser questionado.

S. Exa. focaliza com propriedade vários pontos que estão realmente em pauta no ministério e constituem assunto de labor cotidiano.

Inicialmente, a questão do minério de ferro, e a situação internacional e a posição particular do Brasil. É evidente, estamos indo com na exportação de minério de ferro. A Companhia Vale do Rio Doce tem aumentado substancialmente a exportação e as estatísticas estão demonstrando um crescimento da ordem, se não me engano, de 30% nas exportações, contadas, em relação ao ano passado.

Não ano vamos exportar pelo menos mais de dois milhões de toneladas, na pela Vale do Rio Doce, e talvez um milhão de toneladas pelo outro exportadores associados à Vale do Rio Doce nas exportações.

O ponto do Rio de Janeiro como Estrada de Ferro Central do Brasil, e a situação atual, num ano, exportamos três milhões de toneladas de ferro, e muito mais, e relevante para a economia nacional.

Pergunta o nobre Senador José Ernâniro se seria mais conveniente para o interesse do País a exportação de minério de ferro, ou ferro-ligas.

Diria, Sr. Senador, que o mais vantajoso para o interesse do País seria se exportar mais minério e mais gusa, ambas as coisas, porque o produto comercial, seja ele matéria-prima ou manufaturado, e que se exportar, isto é, se exportar sob a forma de matéria-prima ou de produto acabado, mesmo para os consumidores de matéria-prima. Mas, a pauta de importação é continuamente constituída de matérias-primas e produtos acabados. Assim como a pauta de importação, a pauta de exportação, desde que tenhamos em nosso subsolo a riqueza necessária para justificar esta atitude.

de, devemos convir em ser de vantagem para o País a exportação do nosso subsolo. A troca de subprodutos, em decorrência, uma atividade comercial e industrial muito vantajosa. Não quer dizer, em outras palavras, que nos conformemos em ser tão somente exportadores de subsolo. Este motivo, concordo com V. Ex.^a. Devemos exportar também e tanto mais quanto possível produtos industrializados, em primeira, segunda e terceira operações. Se pudermos exportar gusa, ótimo; se pudermos exportar ligas, melhor ainda, não que julgue que a liga representa a grande solução para massa de exportação, porque a liga significa tão somente a adição de energia ao minério. Temos, talvez no incremento do preço entre o minério e o ferro-liga, praticamente 80%.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — O Japão, por exemplo, dispõe, hoje de ferro-liga a preço muito econômico, e a proporção que pode observar há cerca de oito meses atrás, dava quatro vezes mais exportando ferro-liga de minérios do que o minério. Seria uma vantagem apreciável! A Índia já tomou esse rumo.

O SR. MINISTRO MAURO THIBAU — Nos tempos de exportação de ferro-liga, cerca de 1 milhão de toneladas por ano, o princípio auspicioso, embora modesto. Com as perspectivas de instalação de novas indústrias junto às áreas produtoras de minério, poderemos provavelmente manter o princípio de somar as exportações de bens *in natura* e bens industrializados. Embora a exportação da energia tenha que ser controlada para que isso não se faça em detrimento do desenvolvimento do País.

É preciso observar que na questão principalmente do minério de ferro, verificamos hoje em dia no mundo uma evolução tão rápida, tão profunda, que é quase uma revolução. O conceito de minério de 10 anos atrás está hoje completamente subvertido. Minério não é mais produto retirado de uma mina em condições não controladas, em condições naturais e colocado num meio de transporte para a entrega ao industrial.

Não, o minério hoje, é um produto industrial. Desde o momento em que se loca o furo onde vai ser feita a colocação da carga explosiva se está, de fato, participando da industrialização do aço. Porque o preço do aço e a qualidade do aço, vão depender desta primeira decisão.

O minério hoje é um produto selecionado, bitolado, qualificado e caracterizado e, progressivamente, este conceito de qualificação e de caracterização está evoluindo de tal modo que o minério está se transformando muito mais numa primeira operação industrial e muito menos em um produto *in natura*, de forma que já se pode prever que, dentro do interesse econômico geral, em pouco tempo estaremos exportando muito mais manufatura de minério do que o minério *in natura*.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — É pena que o preço dessa manufatura seja muito baixo, mesmo os preços do minério industrializado não vão a mais de 10 dólares por tonelada.

O SR. MINISTRO MAURO THIBAU — Mesmo olhando agora, já a fase conquistada da pelletização e da plastificação do minério, a sua mais refinada extensão, que não é ainda altamente compensadora, já podemos, antes, a muito curto prazo, a conveniência da exportação do gusa.

O gusa está, pouco a pouco, afloando naturalmente na linha da pro-

dução mineral, não como produto de integração industrial, mas como produto de integração da mineração.

É fenômeno curioso o da extração, da fase de produção do gusa, de um complexo para outro complexo. Hoje, as indústrias siderúrgicas caminham para a especialização, como única forma de competição agressiva no mercado. Dentro do critério da especialização, procuram elas deter-se essencialmente no produto de sua especialidade. Então, quanto menos tiverem de lidar com as fases intermediárias e posteriores à sua especialidade, tanto mais refinado é o seu produto, e tanto mais competitivo ele é.

Temos, atualmente, situação curiosa: as indústrias siderúrgicas da Europa Central correm em desespero para o Brasil, a procura de energia, uma vez que as siderurgias novas, as empresas novas estão no litoral, competindo com elas no seu próprio local, na sua própria área de produção.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — A adoção de um canal de São Lourenço, para levar minério barato para o Centro-Oeste Americano.

O SR. MINISTRO MAURO THIBAU — Estão surgindo mercados de produtos da fase intermediária do processo industrial. Então, o canal com a evolução do petróleo, e agusa com a evolução do carvão, já temos denunciado, no horizonte o lingote como produto *de per se* e não como fase de industrialização, como decorrência do caminho industrial da especialização.

Então vamos ter cada vez mais especialistas em perfis médios, em perfis pesados, em chapas, em produtos especiais, como folhas zincadas ou estanhadas, cada um no seu ramo. E as siderurgias perdem aquele conceito tradicional de que era uma integral entre o produto *in natura* e o produto acabado. E, de tantas transformações desse produto acabado, evoluíram como verdadeiros satélites de uma indústria matriz e que corporificaram em vida própria. Então sendo uma fábrica que já não é um apêndice de uma siderúrgica, já é uma indústria *de per se*, quer comprar um lingote de sua conveniência e quer produzir seus produtos da mais alta qualidade.

Para o Brasil a perspectiva de futuro próximo é muito interessante. Posso dar-lhes um testemunho de que as conversas mantidas pelas pessoas que vêm procurar o Ministério evoluíram notoriamente, principalmente esse grupo de estrangeiros que está em busca de idéias porque hoje já saem homens pelo mundo afora, procurando idéias para salvar a própria posição.

Quanto ao controle de preço de exportação, tenho confiança no trabalho que faz o Departamento de Produção Mineral. E, talvez, um trabalho ingrato porque, de um lado, ele é solicitado a deter o natural empanto do comerciante em comercial e proceder à sua atividade e, de outro lado, na o interesse nacional em conseguir para o País o máximo de divisas. Se aperta os controles, como o do preço, nada mais faz que impedir a transação, pois favoreceria em outro local outra transação mas ou menos enganada; se afrouxa esses controles, pode surgir uma situação em que o País deixa de receber a quantidade de divisas que poderia ter recebido. A justa dosagem desses controles é difícil, porque não se pode louvar apenas na cotação momentânea do mercado internacional para um determinado produto porquanto, às vezes, ele é gravado com operações do passado em que foi conveniente inclusive para o interesse nacional em assegurar mercados.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Gostaria de fazer uma

pergunta a Vossa Excelência. Somos compradores de mercúrio para as nossas indústrias, como é que com esse controle de preço, vamos aceitar por anos a fio preço ridículo para nossos minérios?

O SR. MINISTRO MAURO THIBAU — Não estamos adotando um critério, mas as vezes é conveniente para que determinadas indústrias tenham prazo de garantia para garantir financiamentos. Muitas vezes em épocas de crise devemos manter a exportação assegurando mercado futuro. A ocasião em que o jogo natural do comerciante fazendo com que determinadas transformações se manifestem, muitas vezes altamente compensadoras.

Este é um ajustamento difícil em que a autoridade que não exerce a função de comerciante e tão somente de fiscal de comerciante tem que dosar na sua atitude porque do contrário pura e simplesmente emperra a atividade.

Agora, até onde se foi possível observar e investigar o Departamento de Produção Mineral tem sido sábio e prudente conduzindo seus recursos humanos, porque tudo neste País é feito com pouca garantia e pouco conforto.

Isto aplica-se a uma série de quesitos que estão alinhavados. O caso especial da garimpagem, a que V. Ex.^a faz referência, sobre ouro, pedras preciosas, merece um reparo inicial. É que a garimpagem não é sujeita ao Ministério das Minas e Energia. É atividade livre regida por legislação especial e que para exercê-la o cidadão tão somente necessita se qualificar como garimpeiro perante a Coletoria Federal do Ministério da Fazenda.

Então ao Ministério das Minas e Energia cabe tão somente acompanhar o eventual êxito da atividade do garimpo que descobre, ou verificar a existência e resolve sobre um determinado produto mineral.

Esta situação, que pode ser criticada, mas que decorre de legislação válida, pode ser corrigida através de uma correção também legislativa.

A conveniência de fazê-lo é preciso ponderar, porque temos limitados recursos. Não podemos fazer investimentos vultosos, como deveríamos, no setor da pesquisa e da mineração, embora façamos um esforço no Departamento de Produção Mineral, nunca antes igualado nesse sentido, tanto assim que foi feito, há poucos meses, para se preparar, um plano de pesquisas a longo prazo, chamado Plano Mestre Decenal de Pesquisas Minerais, e que foi aprovado por decreto, num esforço de disciplinar a pesquisa mineral, porque era tudo sempre feito à minuta, e que tumultuava os trabalhos e dava pouco rendimento.

Ao fazer o plano a longo prazo se procura ir, setor por setor, de atividade, esgotando-se cada um e criando-se, então, aquele conhecimento sem o qual a atividade mineral não poderá ser feita em condições sadias. Mesmo assim, o garimpeiro ainda representa o fator substancial de pesquisa, vamos dizer, de desordenada pesquisa e, por vezes, até inábil.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Por isso mesmo é que ele deveria ser assistido pelo Ministério de Minas e Energia.

O SR. MINISTRO MAURO THIBAU — E não é porque se rege por legislação própria e que o coloca independente do Ministério de Minas e Energia. Então, nossa posição é de assistência e de observação; não temos autoridade para interferir no garimpo. O garimpeiro, o cidadão autorizado pelo proprietário a entrar na sua terra para pesquisas produtos minerais, com ele o Ministério não tem absolutamente nada a ver. O Ministério só tem que se haver com

aquêle que se propõe a obter uma concessão de pesquisa e, posteriormente, uma de lavra. O cidadão que, de per si, com os seus direitos legais de cidadão, se apresenta como mineirador individual, que é o garimpeiro, este não é regido pela legislação mineral do País. Criticável é a situação, mas representativa, igualmente, uma fórmula de dar ao indivíduo a liberdade que não teria se fosse classificado-se, pois o número de garimpeiros é tão grande e a atividade tão desordenada que se cada um quisesse inscrever-se no Ministério das Minas e Energia, não haveria como processar-lhes os papéis, tanto mais que sabemos serem analfabetos na quase totalidade, sem recursos para o deslocamento até uma cidade que tenha um Distrito do Departamento ministerial.

O SR. PRESIDENTE (Senador Siqueira Pacheco) — São uns párias.

O SR. MINISTRO MAURO THIBAU — Difícilmente poderá a atividade ser regulamentada.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Seria interessante que se adotasse a fórmula em uso em todos os países, o estabelecimento de dez ou doze agências, o envio de um dos associados à região fazer uma prova ou orinetação melhor. Na modificação pretendida pelo Sr. Ministro, espero ver incluídas algumas de minhas sugestões, objeto, aliás, de emendas que apresentarei: a criação de cinco laboratórios ou de, pelo menos, um, com o fim de proporcionar toda a assistência a um homem, por exemplo, do Amazonas ou do Pará, que não possa vir ao Rio de Janeiro para solicitar algo. Procuraria, na sua região, resolver o assunto.

Outra sugestão: a distribuição do serviço.

Como disse, apresentei emendas nesse sentido.

O SR. HERIBALDO VIEIRA — A propósito do assunto, gostaria de ouvir a palavra do Sr. Ministro: acha V. Ex.^a certo que se suprimam as delegacias do Ministério nos Estados?

O SR. MINISTRO MAURO THIBAU — As delegacias nos Estados não existem atualmente. Se elas forem criadas, não inovarão, mas perturbarão o processo existente. Porque o Ministério, que é um ministério técnico, especializado, tem nos Estados o que chamamos de distritos: Distrito da Produção Mineral, Distrito de Águas, etc.

O SR. HERIBALDO VIEIRA — O Ministério terá em todos os Estados esses distritos?

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Quem tem condições de nomear esses representantes: o Ministério, ou o Conselho?

O SR. MINISTRO MAURO THIBAU — Não vamos criar o Conselho de Minas e Energia. Para criá-lo teríamos que suprimir os demais conselhos existentes e isso criaria um problema delicado, pouco prático, uma vez que os Conselhos têm constituições diferentes. É preferível deixar os conselhos especializados. A criação de delegacias estaduais acarretaria uma dualidade de atribuições administrativas, porque não poderíamos extinguir os distritos especializados que respondem aos respectivos diretores gerais especializados.

Nós criaríamos uma autoridade geográfica a conflitar com uma autoridade funcional porque nós temos um setor especializado de águas e energia, um setor especializado de produção mineral. Eles existem e atuam de acordo com as conveniências técnicas de sua função.

Então, em áreas onde o problema de águas e energia é mas intenso, os

Minérios são mais numerosos e mais bem equipados; nos locais onde a produção mineral é mais intensa, o distrito de produção mineral é mais bem aparelhado.

Gra, igualarmos a autoridade administrativa por Estados, geográfica, independente da função, o que é questionário? Primeiro, uma distribuição de autoridade sem cuidar da utilidade.

Segundo, nós superporíamos uma autoridade por área, a uma autoridade por função.

Então, um determinado engenheiro-chefe deu um distrito de produção mineral, em Minas Gerais, ele seria responsável a quem? Ao residente do Ministério, em Minas Gerais, ou seria responsável ao diretor do Departamento de Produção Mineral que é aquele que conhece o assunto?

Criaríamos, tão-somente, conflito de autoridade. Com que lucro? Nenhum. A função está coberta, a função existe, ela iria tão somente se superpor à existente.

O SR. SENADOR HERIBALDO VIEIRA — Sr. Ministro, permita-me uma ponderação.

Uma coisa não suprimiria a outra. Haveria os órgãos técnicos a que V. Ex.^a aludiu. Haveria um órgão administrativo — a delegacia do Ministério — justamente para coordenar todos os serviços e encaminhá-los ao Ministério. O órgão administrativo, a delegacia teria caráter exclusivamente administrativo. Não se eliminariam os órgãos técnicos. Não se espelhariam senão na organização do próprio Ministério. O órgão administrativo, o órgão diretor é o Ministério, que tem seus órgãos técnicos. Da mesma forma, as delegacias. Acho que não se criaria problema.

Estou tratando do assunto porque também sou membro da Comissão de Minas e Energia. Ainda ontem o nobre Senador Josaphat Marinho relatou o projeto que organiza o Ministério. A S. Ex.^a apresentou emenda supressiva em relação às delegacias. Gostaria de ouvir o nobre Ministro sobre o caso, porque pareceu-me um pouco estranho. Todos os Ministérios têm suas delegacias, que são controladores administrativos das atividades da região, dos diversos setores técnicos. Elas coordenam, juntam, estudam e examinam, para depois encaminhá-los ao Ministério. São órgãos puramente administrativos. Acredito que não ocorreria a interdependência em cada setor técnico, pois o caráter da delegacia é exclusivamente administrativo.

Estou procurando, apenas, entrar em entendimentos com V. Ex.^a para chegarmos a uma melhor solução.

O SR. MINISTRO MAURO THIBAU — Efetivamente posso esclarecer a V. Ex.^a que ponderei muito sobre esta questão das delegacias.

A atividade do Ministério é efetivamente técnica; pouco há que fazer na faixa puramente administrativa. Não temos a burocracia normal dos ministérios de atividade geral, vamos dizer, um tipo Ministério da Fazenda ou Ministério da Educação. Somos voltados muito mais à regência, à fiscalização técnica do que à atuação direta, e à atuação através de uma normalização burocrática.

O que ocorre é que os nossos distritos especializados são eminentemente voltados para o tipo de atividade daquela área naquele setor. A nossa sistemática, a nossa estrutura não é moldada a uma padronização. Não podemos fazer uma delegacia típica para colocar neste ou naquele lugar, porque há uma área, como o Rio Grande do Sul, que tem cobre, carvão e outros minerais e que não envolve manganês nem ferro. Já o distrito de produção mineral de Minas Gerais nada tem a ver com carvão, porque não existe carvão e não há perspectiva nenhuma de existir.

Isto, então, é típico da característica centralizada.

O SR. SENADOR HERIBALDO VIEIRA — Mas nada disso exclui a administração, inclusive na distribuição das verbas necessárias para aqueles serviços, no controle material dos serviços.

O SR. MINISTRO MAURO THIBAU — Temos o serviço centralizado e se fôssemos fazer descentralização desse trabalho, teríamos, tão somente, uma multiplicidade de esforços. A aplicação dos recursos não é feita diretamente pelo Ministério, mas através de órgãos. Quando se faz uma aplicação numa área ele usa a Hidrelétrica do São Francisco, por exemplo, ou uma empresa do Estado. Então ele precisa do controle centralizado muito mais que do controle único.

O SR. SENADOR HERIBALDO VIEIRA — É preciso que V. Ex.^a que aí é que ocorre a multiplicidade ao passo que a delegacia centraliza essa parte material, diretora do serviço, retira do órgão técnico-essa parte material, essa parte burocrática para que se concentre na parte técnica deixando a parte administrativa para aquele órgão que a centraliza.

O SR. MINISTRO MAURO THIBAU — Mas como não há uniformidade...

O SR. SENADOR HERIBALDO VIEIRA — Não há unidade técnica, mas administrativa deve haver.

O SR. MINISTRO MAURO THIBAU — É dela decorrente. Em cada local, a atividade mineral ou energética é diversa e o seu trato, a sua administração também é diversa.

Em áreas onde predomina, por exemplo, o problema do petróleo a regência é toda pela legislação específica. Já nas áreas onde predomina o carvão a regência é também específica da Comissão de Plano de Carvão Nacional.

Um delegado numa área produtora de carvão como Santa Catarina ou Rio Grande do Sul não teria ingerência nenhuma naquele setor, porque é regência especial. Teríamos tantos ajustamentos a fazer por áreas que de forma alguma melhorariamos as condições vigentes, porque nobre Senador V. Ex.^a esteja certo, só teríamos que instalar distritos estruturalmente na hipótese de fazer as delegacias, na hipótese de fazermos delegacias.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Quantos distritos são?

O SR. MINISTRO MAURO THIBAU — Devemos ter cinco distritos na divisão de águas e oito da produção mineral.

O SR. SENADOR HERIBALDO VIEIRA — Sr. Ministro Mauro Thibau, não estou suficientemente convencido da propriedade de seus argumentos, entretanto eu os aceito. Aceito-os porque vejo que esta parte é provisória porque no plano geral de administração do País isto tudo tem que ser revisto.

Tudo tem que ser revisto. Afinal de Contas V. Ex.^a deve saber melhor o que convém.

O SR. MINISTRO MAURO THIBAU — Obrigado pela confiança.

Nem país cuja população é explosiva, de crescimento acelerado, temos que acompanhar a evolução. O que é válido e conveniente num dia, pode não o ser no dia seguinte.

No amplo questionário apresentado pelo nobre Senador Relator, existem mais alguns itens que me parecem interessantes.

A questão do cobre, por exemplo, S. Ex.^a focaliza muito bem. Tem sido uma preocupação muito grande no Ministério. Talvez tenha sido o primeiro Ministro a visitar as minas de cobre do País, localizadas em re-

giões de difícil acesso. Uma é localizada nas Orlas (Bahia) e a outra no Rio Grande do Sul, que é o maior produtor, no momento. Tenho mantido contato seguido com os mineradores, no sentido de incentivá-los na produção efetiva do cobre nacional, e as perspectivas são realmente favoráveis, pois esse estímulo que temos procurado dar à mineração do cobre no Brasil possibilitará o suprimento que, espero, será da ordem de 40% no mercado nacional. Passaríamos, então, de 5 para 40%, em cerca de três anos.

Portanto, Srs. Senadores, a situação atual é de descoberta de reservas suficientes para elevarmos a produção do cobre à casa das trinta mil toneladas por ano. E as esperanças — para não dizer perspectivas — de descobertas de novos depósitos são bastante promissoras. Há uma expectativa muito grande na Bahia, em toda aquela faixa que se estende à margem direita do rio São Francisco, e ainda recentemente surgiram notícias de ocorrências inclusive no Recôncavo. Dêsse modo, como disse, as perspectivas são promissoras, de se conseguir uma substancial reserva, que permita ir, numa segunda etapa, se não ao suprimento pleno das necessidades pelo menos ao seu suprimento majoritário.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — É uma grande notícia, que possa pagar 40% acima da cotação do mercado mundial. Só o Brasil e a Argentina têm capacidade para aguentar.

O SR. MINISTRO MAURO THIBAU — Olhamos, também, esse aspecto, embora não tenhamos controle, da importação através do Ministério. O Ministério das Minas e Energia tem autoridade sobre a exportação dos bens minerais e não sobre a importação.

Estivemos em contato com os Ministros da Fazenda e da Indústria e do Comércio. Aparelhamos, vamos resolver a questão. O que se passa é a tentativa do aproveitamento dos países exportadores. Há pouco, falava V. Ex.^a, como brasileiro exportador; agora, somos 180 rebatidos: somos brasileiros importadores.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Acontece que o que exportamos é sempre a preço vil, ao passo que o produto importado pelo Brasil é na base de pelo menos 40% acima da cotação internacional.

O SR. MINISTRO MAURO THIBAU — Temos parcela substancial da importação do cobre acessível ao preço de produtor.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Mas unicamente para os que enviam para as suas subsidiárias. O resto cai no paralelo.

O SR. MINISTRO MAURO THIBAU — Do ponto de vista importador, o Brasil não pode ter dois critérios. Aquêles que podem importar a preço de produtor, para que continuem importando é preciso também que cedam uma parte.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Muito bem!

O SR. MINISTRO MAURO THIBAU — O problema, em fase bastante evoluída nas sugestões, está afeto aos setores financeiros, mas até onde estou informado, está indo muito bem. Estaríamos com uma uniformidade de preços, sem que seja prejudicado um, para benefício de outro.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Uma última pergunta: Como V. Ex.^a está encontrando solução para o problema dos técnicos do Ministério? Está pagando a ordenado justo que merecem?

O SR. MINISTRO MAURO THIBAU — Não, absolutamente. Estamos com um grupo de abnegados, homens que se dedicam a uma causa pública e quase se nutrem desse ideal. Realmente, estamos muito abaixo do nível necessário à remuneração justa dos técnicos. Acredito que isso decorra de um critério que até hoje predominou na disciplina do serviço público, a qual independente da realidade nacional e da realidade igual a classes funcionais de condições desiguais no mercado de trabalho. Se V. Ex.^a desejar um motorista e anunciar que está disposto a pagar Cr\$ 150.000, no dia seguinte à sua porta haverá uma fila formada. Se V. Ex.^a anunciar que deseja um químico industrial especializado em química mineralógica, e diz que pagará 1 milhão de cruzeiros, provavelmente quem estará à porta, no dia seguinte, é V. Ex.^a, porque o químico, não está.

No Estatuto do funcionário público encontra-se bastante, justamente, uma série de limitações nos seus direitos e deveres, mas que uniformiza o funcionário, desde o burocrata até ao técnico, mais intensamente especializado.

Ocorre, então, o seguinte fenômeno: o que é satisfatório e talvez a liberal para aquela classe de amplo efeito no mercado do trabalho, absolutamente não condiz com a realidade das classes...

O SR. SENADOR HERIBALDO VIEIRA — É isto mesmo, nós temos a nossa Lei de Classificação de Cargos que considera qualquer um como técnico, até o telegrafista e todo mundo tem um nível, há técnicos de todas as espécies e de todos os níveis.

O SR. MINISTRO MAURO THIBAU — É esse afastamento de uma realidade fatalmente conduz a um determinado ônus para o serviço público que é o de ter muito mais quantidade em determinadas classes do que qualidade em determinadas outras.

Isso, entretanto, é tarefa para os Srs. Congressistas meditem e eu como aquele que sofre as consequências, tão somente posso esperar que algum dia nos entremos a realidade e não um ideal algo utópico, embora muito humano.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Sr. Ministro Mauro Thibau, agradecemos imensamente as respostas dadas por V. Ex.^a, esclarecendo-nos sobre o assunto, o folgamos em ouvir que atacou o problema do cobre com decisão. Esperamos que isso aconteça em breve, pois um País que não tem meios de receber divisas do exterior, a não ser com produtos desvalorizados, só tem uma solução a seguir: industrializar seus produtos ao máximo e fincar pé, para que possa falar de igual para igual.

O SR. MINISTRO MAURO THIBAU — Agradeço as referências d. V. Ex.^a Senador José Ermírio e remeto-lhe, no mais breve prazo possível, os esclarecimentos solicitados.

O SR. PRESIDENTE (Senador Silveira Pacheco) — Tem a palavra o nobre Senador Heribaldo Vieira.

O SR. SENADOR HERIBALDO VIEIRA (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Ministro Mauro Thibau, minhas interpelações a V. Ex.^a não têm a profundidade das perguntas do eminente Senador José Ermírio, homem que se apaixonou por todos esses problemas, por razão muito sua, a de ser grande industrial no País e devotado aos trabalhos seus, como o tem sido aos do Senado de forma que se especializou, procura especializar-se, não como um leigo, mas como curioso permanente dos problemas: minhas perguntas são mais de homem político que está in-

Observamos nos países até mesmo na própria Argentina de que a iniciativa privada deu um impulso mu-

é mais rápido e eficiente na exploração do petróleo e voltando depois a empresa estatal essa exploração, essa produção de petróleo regressou, conforme mostram os jornais.

Estivemos recentemente nos Estados Unidos, e na cidade de Oklahoma, juntamente com outros parlamentares brasileiros, tivemos uma reunião com quinze ou dezesseis diretores de indústrias petrolíferas. Então, no meio de todas aquelas perguntas e respostas as partes, inclusive da relação das perspectivas de produção de petróleo nos Estados Unidos, se sentiu ainda bastante amplas ou se essa exploração tendia a ser reduzida. Responderam-me, então, que nesse setor estão sendo utilizados métodos modernos, até mesmo aquecimento na camada petrolífera, e que, assim, previam-les que a questão do petróleo continuaria durante muito tempo com a produção em maior escala do que se podia. De sorte, Sr. Ministro, que a produção, naquele país, está ainda controlada embora ainda nos declarassem eles, naquela oportunidade, de que o Governo, por conveniência permite a importação de petróleo de outros Estados.

Parade-me, Sr. Ministro, que essa questão de que somente a PETROBRAS explora o petróleo no Brasil não é a solução mais aconselhável para que nos tornemos, se não auto-suficiente pelo menos que possamos melhorar nossa produção. Digo isto porque o Brasil é um país de imenso território e entendemos que numa ou noutra região deve existir petróleo em maior escala.

Dessa maneira, se houve comentários, através a imprensa, de que há tendência para se reexaminar essa questão gostaria de ouvir alguma coisa a respeito do assunto, e que Vossa Excelência tão bem conhece.

O SR. MINISTRO MAURO THI-BAU — Nobre Senador Atilio Fontana, minha opinião pessoal que desde dar desde logo, o que me tem sido muito fácil, pois não tenho muitos termos e digo o que penso, minha opinião pessoal, repito, — é de que não vejo como se poder melhorar as condições de pesquisa e lavra no Brasil, mediante a extinção do monopólio da PETROBRAS e a autorização para empreendimentos privados paralelos.

Neste ponto de vista meu é, vamos dizer assim, o ponto de vista do Governo, embora não tenha havido manifestação oficial a respeito.

Não se cogitou nem sequer de conversação ou se abordou a possibilidade de revisão no critério de monopólio.

O SR. SENADOR HERIBALDO VIEIRA — Muito bem!

O SR. MINISTRO MAURO THI-BAU — Não por questão de ideologia, no meu caso. É uma questão prática de senso prático. Ocorre que o petróleo, no Brasil, é de busca ingrata, petróleo caro, absolutamente fora de competição com o petróleo do Oriente Médio, dos Estados Unidos e mesmo da Argentina. O caso da Argentina é completamente diferente. Eram reservatórios conhecidos, mas a carência de recursos financeiros para o desenvolvimento dos campos fazia com estes ficassem produzidos insuficientemente. A simples injeção de recursos financeiros e técnicos estrangeiros possibilitou, em curto prazo, a retirada do óleo conhecido existentes naqueles reservatórios, e a sustentação desses mesmos recursos, produziam naturalmente uma despesação do ritmo de desenvolvimento. Desenvolvimento, na nomenclatura do petróleo, é chamado o conjunto de operações necessárias para retirar o óleo do subsolo. No Brasil, o óleo

não ocorre naquele tipo de formação que dão os grandes campos e são de fácil localização graças aos recursos modernos da prospecção geofísica. Nós encontramos o nosso petróleo muito mais em falhas e não naquela formação que todos conhecemos nos livros técnicos, que mostra com muito mais clareza as coberturas e as camadas de arenito e o petróleo preto, acumulado ali. E só furar. Nossos campos são difíceis de localizar, difíceis de explorar. Nosso petróleo é grosso, tem o que eles chamam de grau API, que caracteriza a liquidez, a viscosidade, muito baixo, entre 24 e 28, como o de Carmópolis, que é de 31. A rocha é muito compacta, os corpos são muito compactos e o nosso petróleo, além de tudo é velho, a parcela volátil já foi sendo progressivamente eliminada. Daí a grande significação das novas descobertas do Recôncavo e do Maranhão, em que pela primeira vez se encontra no Brasil petróleo de API elevado: 44 a 45. É um óleo muito mais líquido, muito mais fluido, com muito menos parcelas pesadas.

Descobrir este petróleo é tarefa difícil, muito pouco interessa ao comerciante especializado, a chance dele encontrar petróleo no Brasil do que encontrar petróleo no Oriente Médio, principalmente agora que se descobriu que aqueles campos, aquelas formações de deserto da Arábia se estendem pelo Deserto do Saara, em que todos os Países do norte da África estão com perspectivas de serem novas Arábias.

É bem mais compensador colocar 1 dólar naqueles Países do que no Brasil, se nós não colocarmos, ninguém virá fazê-lo, não é compensador.

Nós representamos um grande mercado, é fato, somos dos maiores compradores, mas justamente porque o somos, interessa muito mais ao comerciante tradicional, uma vez que existe superprodução no mundo e esta superprodução se estenderá pelo futuro próximo porque as descobertas de novos poços estão sendo verificadas em ritmo maior do que o crescimento do consumo.

Então, o que existe é a concorrência de dois fatores contrários ao interesse comercial que rege a livre empresa. De um lado as dificuldades de descoberta e de produção...

O SENHOR SENADOR HERIBALDO VIEIRA — O fator risco é preponderante também.

O SR. MINISTRO MAURO THI-BAU — O risco é incomparável, maior do que nos outros países.

Há a tendência natural de o capital de risco correr para áreas de maiores oportunidades, como o seria natural se se comprasse bilhete de uma loteria cujos números de bilhetes fossem menores do que a de outra e, por conseguinte, com probabilidades maiores de se tirar o prêmio.

No nosso caso concorre esse fator e mais a superprodução mundial. Enquanto que ficamos delirantes com um poço que produz mil barris por dia — recebi, há uma semana, telegrama entusiástico da região de produção da Petrobrás na Bahia, comunicando-me que no poço que deixara em princípio de teste verificou-se a extração de 600 barris por dia. É notícia formidável. Bem, essa notícia em qualquer país produtor — Arábia, Kuwait, Argélia — seria entristecedora, pois para eles cinco mil barris por dia é o normal. É um poço que resolve, o óleo é fluido e a areia é solta. Aquela areia de lá é uma verdadeira tubulação; não é rocha. O óleo flui com uma liberdade, pois tem gás, tem proteção natural e tem tanta coisa mais que se fosse dada a liberdade total de comércio ninguém no mundo, nem Es-

tados Unidos ou Rússia, concorreria com esses países da região do Oriente Médio. Quer dizer, são produtos de tão alta produtividade e qualidade que não têm concorrentes no mundo. Agora, ninguém de bom-senso se conformará em depender exclusivamente daquela região, que todos sabem sujeita à incerteza da própria política internacional.

Então, se ainda no Brasil não desenvolvermos de um lado a nossa própria produção, e de outro lado acordos com os nossos vizinhos que nos assegurem transportes por via terrestre de uma parte das nossas necessidades, estaremos dependendo das rotas marítimas e das incertezas das zonas de produção e preocupados com aquela possibilidade dramática que é de termos sentido o declínio energético na base do petróleo e não termos assegurado uma parte da sua produção. Esta a grande pergunta conjuntural que o País tem pela frente.

O SENHOR SENADOR HERIBALDO VIEIRA — Isto do ponto de vista técnico, mas há o fator da segurança nacional.

O SR. MINISTRO MAURO THI-BAU — Daí a decisão do Sr. Presidente da, em data recente, ter designado uma comissão de Ministros para discutir o assunto.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA — E quanto às perspectivas no Maranhão? Os jornais têm publicado notícias muitas vezes contraditórias.

O SR. MINISTRO MAURO THI-BAU — As perspectivas são interessantes: pela primeira vez, um óleo leve; pela primeira vez, uma rocha matriz, um arenito poroso e pela primeira vez uma espessura maior de camadas produtoras. Mas há uma grande diferença entre um poço e um campo e a resposta definitiva só poderá ser dada dentro de um ano, quando sabermos se se poderá atingir o limite de Carmópolis. O número de sondas é limitado e por maiores que sejam os esforços, gasta-se um tempo substancial e leva-se um tempo maior, ou igual, para a exploração, porque é preciso fazer oleodutos, terminais etc.

O SR. SENADOR HERIBALDO VIEIRA — Já que V. Ex.^a falou na qualidade do óleo de Carmópolis, como leigo ouvi falar que o óleo de Carmópolis é muito denso, muito grosso, que o transporte desse óleo quanto menos melhor, pode prejudicar um transporte muito longo e que isto era um dos fatores indicados para que a refinaria fosse em Sergipe; o que V. Ex.^a diz a respeito?

O SR. MINISTRO MAURO THI-BAU — É questão de saber se além do Campo de Carmópolis existirão outros reservatórios naturais que possam justificar a produção no mínimo de uma refinaria. No momento o que está provado é só em Carmópolis.

No momento, Carmópolis representa o maior incremento a curto prazo com que vamos poder contar para evoluir dos 28% atuais para 40%, que temos como perspectiva a curto prazo. Nisto estão incluídos os 30 barris por dia que no dizer dos especialistas é o razoável.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA — Mais uma pergunta, Sr. Ministro, num setor bem diferente.

O Relator, nobre Senador José Ermirio, inicialmente abordou o problema da produção de fertilizantes e adubos no Brasil. Folheando o jornal da cidade, vi o tópico seguinte: "Brasil e o país marcado pela catástrofe da fome em grande escala." É um estudo da FAU sobre o problema da alimentação e produção de gêneros alimentícios. Dá entre outros países ameaçados de grande escassez de alimentação, num futuro, o Bra-

sil e entre outros motivos principais e essenciais a falta de fertilizantes para recuperação de nossos solos, já cansados, e a falta de nitrogênio, a descoberta de um produto em Sergipe. De sorte que é um produto importado, assim com outros mais, como sejam o fosfato e o nitrogênio. O Ministério de Minas e Energia planeja para facilitar a exploração desse precioso elemento para a recuperação de nossos solos.

O SR. MINISTRO MAURO THI-BAU — Tive ocasião de, ainda há poucos minutos, abordar o problema do potássio, dizendo sobre o problema dos fertilizantes de maneira geral, porque ele não é setor exclusivo do Ministério de Minas e Energia porquanto o órgão só cuida de fertilizante quando ele é um mineral, pois muitos deles são resultantes de processos químicos e não naturais.

Entretanto, Sr. Senador, o Ministério de Minas e Energia sente, como todo e qualquer outro órgão do Brasil deve sentir, o que se está verificando com o incremento da população brasileira, em ritmo muito superior ao da produtividade, principalmente na produtividade da agricultura.

Estamos desbravando matas virgens, incutindo áreas e nas montanhas rios em solo bom, como se pensa. Nosso solo, a não ser manchas de São Paulo, Goiás, Paraná, Ceará, e certas áreas do Rio Grande do Sul, Goiás e um pouco de Minas Gerais, a maioria do nosso solo é pobre.

De modo que deveríamos ser, conseqüentemente, um país em que o uso da terra é desenvolvido, mas na realidade somos o contrário. Há uma tendência à desertificação da agricultura. Faz-se a derubada das matas e, a seguir, há o abandono da terra.

O problema fertilizante, no Brasil, até onde vai o meu entendimento, é de transporte. É produto de grande peso e volume e valor unitário pequeno. O mercado nacional não é concentrado. A distribuição do fertilizante esbarra no problema do custo do transporte. É o que acontece com a fosforita de Oituma, que poderia abastecer o mercado nacional perfeitamente. Entretanto, o navio com fosforita chega ao porto de destino, principalmente no de Santos, a preço bem superior ao similar importado. Esta aberração da economia nacional, introduzida pelos custos desproporcionados do transporte, notadamente o marítimo e o ferroviário, esta distorção da economia nacional ocasiona dificuldade quase insuperável na programação da indústria de fertilizantes.

De nada adianta fábrica de fertilizantes em Sergipe, porque não será para a produção agrícola do Recôncavo Baiano. O que vai levar o fertilizante até o Recôncavo Baiano? Perde a viabilidade econômica.

O SR. SENADOR HERIBALDO VIEIRA — Temos em Sergipe os produtos indispensáveis à montagem de uma fábrica de fertilizantes: os gases de petróleo, calcário, fósforo, vários outros, manganês, etc.

O SR. MINISTRO MAURO THI-BAU — Isso esbarra no problema do transporte do produto.

O SR. SENADOR HERIBALDO VIEIRA — Não esbarra, porque nós não vamos retirar o crédito de confiança que demos ao Sr. Ministro da Viação, ainda anteontem, de que ele nos vai dar estradas, vai nos dar um porto marítimo aproveitando a ilha artificial que a Petrobrás vai construir e que não nos faltarão os meios de transporte.

O SR. MINISTRO MAURO THI-BAU — Esse crédito, realmente, é merecido. Sou testemunha do esforço

do Ministro Juarez Távora na superação das dificuldades mais graves e sérias que existem no Governo, e que representam anos e anos de erros e omissões.

O SENHOR SENADOR HERIBALDO VIEIRA — O Deputado Walter Batista, aqui presente, está me dizendo que apresentou emenda ao Orçamento, de 500 milhões, para montagem de uma fábrica de fertilizantes, em Sergipe...

O SR. MINISTRO MAURO THI-BAU — Congratulo-me com S. Exa.

O SENHOR SENADOR HERIBALDO VIEIRA — ...de modo que as palavras de V. Exa. não são animadoras para nós sergipanos.

O SR. MINISTRO MAURO THI-BAU — É uma questão de superar esse problema de transportes, faço votos de que superem. Se digo que a nossa...

O SENHOR SENADOR HERIBALDO VIEIRA — O petróleo já é uma exigência para que o problema angustiante do transporte seja solucionado.

O SR. MINISTRO MAURO THI-BAU — Com o exemplo que dei, não quero dizer que não acredito na viabilidade, embora o preço do transporte, mesmo a curta distância, coloque o acesso ao mercado muito oneroso.

Mas, em princípio, Senador Atilio Fontana, estou de pleno acordo com V. Exa. em que devemos reunir esforços para evitar que a notícia seja realidade futura.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA — Muito obrigado a V. Exa.

O SENHOR SENADOR HERIBALDO VIEIRA — Se V. Exa. me permitisse, desejava fazer uma pergunta.

A Petrobrás está fazendo convênios estaduais para construção de estradas de rodagem. Esses convênios em Sergipe devem ser para as estradas de rodagem estaduais, e não federais, que já têm verbas próprias, e devem ter nas mesmas bases das da Bahia, não em bases inferiores, como, se não me engano, está sendo feito naquela Unidade. Queria que V. Exa. examinasse esta parte, para que Sergipe não fôsse o filho órfão.

O SR. MINISTRO MAURO THI-BAU — Certamente. Pelo contrário.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA — Sr. Ministro, permita-me uma última pergunta.

Com a nova orientação que em boa hora o Governo tomou para facilitar a organização de cooperativas para distribuição de energia elétrica nas zonas rurais, surgiram problemas difíceis para a concretização dessas co-

operativas, por causa de as concessionárias da região se interessarem muito em abastecer os centros urbanos, os pouco industriais não têm interesse na eletrificação rural, que realmente é um ponto de rentabilidade. E essas cooperativas ou essas pessoas que desejam organizar cooperativas encontram uma série de dificuldades, porque as concessionárias não lhes dão permissão.

Desejariamos que o Ministério que V. Exa. orienta tão bem estudasse a possibilidade no sentido de que as cooperativas de distribuição de energia elétrica na zona rural seja facilitada ao máximo, porque faz parte do combate ao êxodo e ao abandono das terras que não têm energia elétrica.

De sorte que o Brasil precisa qualificar esse problema, a fim de facilitar a organização de cooperativas de distribuição de energia elétrica nas rurais. Somente assim é que poderemos fixar o homem a terra, ainda que esta esteja um tanto esgotada.

O SR. MINISTRO MAURO THI-BAU — É com satisfação que V. Exa. vem ao encontro da minha própria opinião com referência ao assunto. Tanto assim que o Ministério tem se preocupado e tem algumas idéias a respeito de como consolidar esse critério de cooperativismo, que é o único viável, uma vez que o serviço de eletrificação rural é por demais oneroso e somente aqueles que participam da sua produção entendem o seu custo. Somente o rateio direto entre os usuários possibilita a efetivação dos serviços.

Já que V. Exa. é um propugnador do assunto, o que eu desconhecia, perguntaria se V. Exa. me ajudaria na solução dos problemas legislativos inerentes a esses estudos uma vez que existe um conflito entre a legislação específica das cooperativas que, por definição, não permitem que não cooperado se beneficie da cooperação com a legislação específica de energia, que não permite que uma concessão qualquer pessoa não seja servida.

O SENHOR SENADOR HERIBALDO VIEIRA — Tenho a impressão de que deveria prevalecer o sentido geral da comunidade.

O SR. MINISTRO MAURO THI-BAU — Quando a cooperativa é concessionária cria conflito com a legislação.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA — Quero dizer a V. Exa. que o que estiver a nosso alcance V. Exa. poderá dispor. V. Exa. uma dia se quiser poderemos estudar e assim teremos oportunidade de ouvir as sugestões e até mesmo a colaboração que o Ministério pode dar para que possamos resolver este problema.

O SR. MINISTRO MAURO THI-BAU — Pediria licença a V. Exa. o Prefeito está me esperando para uma reunião.

O SR. PRESIDENTE — (Senador Sigefredo Pacheco) Quero me congratular com os trabalhos da Comissão e com o nobre Senador José Ermirio pela iniciativa da criação desta Comissão. As duas primeiras reuniões que tivemos foram benéficas para o Brasil e para o Senado.

Foi proveitosa a reunião. É fácil chegar a uma conclusão entre Senadores e Ministros.

Agradecemos a presença de S. Exa. e continuamos, seus admiradores.

E, ao encerrar a reunião, convoco os Senhores Membros da Comissão para reunião do dia 9 do corrente mês, quando, perante a Comissão comparecerá o Senhor Ministro da Indústria e Comércio.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

ATA DA 10ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 25 DE AGOSTO DE 1965.

(EXTRAORDINÁRIA)

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, às dezesseis horas e vinte minutos, na Sala das Comissões do Senado Federal, sob a presidência do Senhor Senador Padre Calazans, Presidente, presentes os Senhores Senadores Mello Braga, Mem de Sá e Sigefredo Pacheco, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviço Público Civil.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Victorino Freire, Silvestre Pérciles, Aloysio de Carvalho e Aurélio Viana.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior que, colocada em votação, é aprovada sem debates.

Abrindo os trabalhos, o Senhor Presidente, dá ciência à Comissão da correspondência recebida que consta do seguinte:

— Ofício do Sr. Almirante Luís Clóvis de Oliveira, comunicando à presidência deste órgão haver assumido, no dia 6 de julho corrente ano, o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis.

Iniciando o exame dos projetos constantes da pauta, o Senhor Presidente, concede a palavra ao Senhor Senador Mello Braga.

Com a palavra, o Senhor Senador Mello Braga, passa a proferir parecer sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 159, de 1965 (Projeto de Lei número 2.983-B-65 — na Casa de origem), que "Fixa novos valores para os símbolos dos cargos e das funções gratificadas do Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, e dá outras providências".

O Senhor Relator, ao concluir, opina pela aprovação da referida proposição por considerar que o aumento geral de vencimentos, concedido pela Lei nº 4.345, de 1964, já tem uma realidade que favorece a todo o funcionalismo das Casas Legislativas Federais e a numerosas categorias de órgãos judiciários do país.

Submetido o parecer à discussão e votação, sem restrições, e aprovado.

Em prosseguimento, o Senhor Presidente, dá a palavra ao Senhor Senador Sigefredo Pacheco para emitir parecer sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 142, de 1965 (Projeto de Lei nº 2.513-B-65, na Câmara dos Deputados), que "Reorganiza o Quadro do Pessoal da Justiça do Trabalho da Segunda Região, e dá outras providências".

O Senhor Relator, com base no § 2º do art. 225 do Regimento Interno, por versar a proposição da matéria idêntica à tratada no Projeto de Lei da Câmara nº 142, de 1965, opina que as proposições sejam examinadas em conjunto.

Colocado em discussão e votação é o parecer, por unanimidade, aprovado. Concluindo os trabalhos, o Senhor Presidente, comunica estar esgotada a matéria da pauta e anuncia haver procedido as seguintes distribuições:

— Ao Senhor Senador Mello Braga, o Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 1965, que "Transfere o cargo do Quadro I — Parte Permanente — do Ministério da Viação e Obras Públicas para o Quadro do Pessoal do Ministério da Fazenda;

— Avocou, o Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 1965, que "Dá nova redação aos parágrafos 1º e 2º do artigo 9º da Lei nº 4.070, de 15 de junho de 1965;" e

— Ao Senhor Sigefredo Pacheco, o Projeto de Lei da Câmara nº 153, de 1965, que "Modifica o artigo 115 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União)".

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a presente reunião, lavrando eu, J. Ney Passos Dantas, Secretário da Comissão, a presente ata, que, uma vez aprovada, será pelo Senhor Presidente assinada.

COMISSÕES PERMANENTES**MESA**

Presidente —	Moura Andrade (PSD)
Vice-Presidente —	Nogueira da Gama (PTB)
1º Secretário —	Dinarte Mariz (UDN)
2º Secretário —	Gilberto Marinho (PSD)
3º Secretário —	Adalberto Sena (PTB)
4º Secretário —	Cattete Pinheiro (PTN)
1º Suplente —	Joaquim Parente (UDN)
2º Suplente —	Guilherme Mondim (PSD)
3º Suplente —	Vasconcellos Torres (PTB)
4º Suplente —	Raul Glubert (PSP)

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA**PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD) — 22 representantes**

1. José Guimomar — Acre	12. Antonio Balbino — Bahia
2. Lobão da Silveira — Pará	13. Jefferson de Aguiar — E. Santo
3. Eugênio Barros — Maranhão	14. Gilberto Marinho — Guanabara
4. Sebastião Archer — Maranhão	15. Moura A. de — São Paulo
5. Victorino Freire — Maranhão	16. Fontana — S. Catarina
6. Sigefredo Pacheco — Piauí	17. Guido Mondim — R.G. Sul
7. Menezes Pimentel — Ceará	18. Benedito Valladares — Minas Gerais
8. Wilson Gonçalves — Ceará	19. Filinto Müller — Mato Grosso
9. Walfredo Gurgel — R.G. Norte	20. José Feliciano — Goiás
10. Ruy Carneiro — Paraíba	21. Juscelino Kubitschek — Goiás
11. José Leite — Sergipe	22. Pedro Ludovico — Goiás

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB) — 17 representantes

1. Adalberto Sena — Acre	9. Barros Carvalho — Pernambuco
2. Oscar Passos — Acre	10. Pessoa de Queiroz — Pernambuco
3. Vivaldo Lima — Amazonas	11. José Ermirio — Pernambuco
4. Edmundo Levi — Amazonas	12. Silvestre Péricles — Alagoas
5. Arthur Virgílio — Amazonas	13. Vasconcelos Torres — R. Janeiro
6. Antônio Jucá — Ceará	14. Nelson Maculan — Paraná
7. Dix Huit Rosado — R.G. Norte	15. Mello Braga — Paraná
8. Argemiro de Figueiredo, Paraíba	16. Nogueira da Gama — M. Gerais
	17. Bezerra Neto — Mato Grosso

UNIAO DEMOCRÁTICA NACIONAL (UDN) — 16 representantes

1. Zacharias de Assumpção — Pará	9. Afonso Arino — Guanabara
2. Joaquim Parente — Piauí	10. Padre Calazans — São Paulo
3. José Cândido — Piauí	11. Adolpho Franco — Paraná
4. Dinarte Mariz — R.G. Norte	12. Irineu Bornhausen — S. Catarina
5. João Agripino — Paraíba	13. Antônio Carlos — S. Catarina
6. Rui Palmeira — Alagoas	14. Daniel Krieger — R.G. Sul
7. Heribaldo Vieira — Sergipe	15. Milton Campos — Minas Gerais
8. Eurico Rezende — E. Santo	16. Lopes da Costa — Mato Grosso

PARTIDO LIBERTADOR (PL) — 2 representantes

1. Aloysio de Carvalho — Bahia
2. Mem de Sá — Rio Grande do Sul

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN) — 2 representantes

1. Cattete Pinheiro — Pará
2. Lino de Mattos — São Paulo

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP) — 2 representantes

1. Raul Glubert — Espírito Santo
2. Miguel Couto — Rio de Janeiro

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB) — 1 representante

1. Aurélio Vianna — Guanabara

MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR) — 1 representante

1. Aarão Steinbruch — Rio de Janeiro

PARTIDO REPUBLICANO (PR) — 1 representante

1. Júlio Leite — Sergipe

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC) — 1 representante

1. Arnon de Mello — Alagoas

SEM LEGENDA

1. Josephat Marinho — Bahia
2. Heribaldo Vieira — Sergipe

RESUMO

Partido Social Democrático (PSD)	22
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	17
União Democrática Nacional (UDN)	16
Partido Libertador (PL)	2
Partido Trabalhista Nacional (PTN)	2
Partido Social Progressista (PSP)	2
Partido Socialista Brasileiro (PSB)	1
Partido Republicano (PR)	1
Partido Democrata Cristão (PDC)	1
Movimento Trabalhista Renovador (MTR)	1
Sem legenda	1
Total	68

BLOCOS PARTIDÁRIOS**BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE**

PSP	2 Senadores
PTN	2 Senadores
PSB	1 Senador
PR	1 Senador
MTR	1 Senador
PDC	1 Senador
Sem legenda	2 Senadores

LIDERANÇAS

Líder do Governo	Vice-Líder
Daniel Krieger (UDN)	Mem de Sá

BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE

Líder	Josaphat Marinho (sem legenda)
Lino de Mattos (PTN)	Aarão Steinbruch (MTR)
Vice-Líderes	Miguel Couto (PSP)
Aurélio Vianna (PSB)	Arnon de Mello (PDC)
Júlio Leite (PR)	Dilton Costa (PR)

II PARTIDOS**PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD)**

Líder
Filinto Müller
Vice-Líderes
Wilson Gonçalves
Sigefredo Pacheco
Walfredo Gurgel
Victorino Freire

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)

Líder
Barros Carvalho
Vice-Líderes
Bezerra Neto
Oscar Passos
Antônio Jucá
Edmundo Levi

UNIAO DEMOCRÁTICA NACIONAL (UDN)

Líder
Daniel Krieger
Vice-Líderes
Eurico Rezende
Adolpho Franco
Padre Calazans
Heribaldo Vieira

PARTIDO LIBERTADOR (PL)

Líder
Mem de Sá
Vice-Líder
Aloysio de Carvalho
Líder
Miguel Couto
Vice-Líder
Raul Glubert

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN)

Líder
Lino de Mattos
Vice-Líder
Cattete Pinheiro

III — PARTIDOS DE UM SÓ REPRESENTANTE**MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR)**

Representante
Aarão Steinbruch
Partido Democrata Cristão (PDC)

PARTIDO REPUBLICANO (PR)

Representante
Júlio Leite
Partido Socialista Brasileiro (PSB)
Representante
Aurélio Vianna

AGRICULTURA

Presidente: José Ermirio
Vice-Presidente: Eugênio Barros

PSD**TITULARES**

Eugênio Barros
José Feliciano

José Ermirio
Nelson Maculan

Lopes da Costa
Antônio Carlos

Dilton Costa

SUPLENTE

1. José Leite
2. Atílio Fontana

PTB

1. Dix-Huit Rosado
2. Antônio Jucá

UDN

1. Daniel Krieger
2. João Agripino

BPI

1. Aurélio Vianna

Secretário: J. Ney Passos Dantas

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Presidente: Afonso Arino
Vice-Presidente: Wilson Gonçalves

PSD**TITULARES**

Jefferson de Aguiar
Antônio Balbino
Wilson Gonçalves
Ruy Carneiro

SUPLENTE

1. Menezes Pimentel
2. José Feliciano
3. Filinto Müller
4. Benedito Valladares

Edmundo Levi
Benzerrá Neto
Arthur Virgílio

1. Argemiro Figueiredo
2. Mello Braga
3. Oscar Passos

UDN

Afonso Arinos
Heribaldo Vieira
Aloysio de Carvalho

1. Daniel Krieger
2. Eurico Rezende
3. João Agripino

BPI

Josaphat Marinho

1. Aarão Steinbruch

Secretária: Maria Helena B. Brandão

Reuniões: Quintas-feiras às 16 horas

DISTRITO FEDERAL

Presidente: Aurélio Vianna

Vice-Presidente: Pedro Ludovico

PSD

TITULARES
Pedro Ludovico
Walfredo Gurgel

SUPLENTE

1. José Feliciano
2. Benedicto Valladares

PTB

Arthur Virgílio
Mello Braga

1. Bezerra Neto
2. Antônio Jucá

UDN

Eurico Rezende
Heribaldo Vieira

1. Zacarias de Assunção
2. Lopes da Costa

BPI

Aurélio Vianna

1. Lino de Mattos

Secretário: Alexandre Mello.

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

ECONOMIA

Presidente: Atílio Fontana

Vice-Presidente: José Ermírio

PSD

TITULARES
Atílio Fontana
José Feliciano
José Leite

SUPLENTE

1. Jefferson de Aguiar
2. Sigefredo Pacheco
3. Sebastião Archer

PTB

José Ermírio
Nelson Maculan

1. Bezerra Neto
2. Mello Braga

UDN

Adolpho Franco
Lopes da Costa
Irineu Bornhausen

1. Zacharias de Assunção
2. José Cândido
3. Mem de Sá

BPI

Miguel Couto

1. Aurélio Vianna

Secretária: Aracy O'Reilly de Souza

Reuniões: Quintas-feiras às 16.30 horas.

EDUCAÇÃO E CULTURA

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Padre Calazans

PSD

TITULARES
Menezes Pimentel
Walfredo Gurgel

SUPLENTE

1. Benedicto Valladares
2. Sigefredo Pacheco

PTB

Antônio Jucá
Arthur Virgílio

1. Edmundo Levi
2. Mello Braga

UDN

Padre Calazans
Mem de Sá

1. Afonso Arinos
2. Faria Tavares

BPI

Arnau de Mello

1. Josaphat Marinho

Secretária: Aracy O'Reilly de Souza

Reuniões: Quintas-feiras, às 15.30 hs.

FINANÇAS

Presidente: Argemiro de Figueiredo

Vice-Presidente: Irineu Bornhausen

TITULARES

Victorino Freire
Lobão da Silveira
Sigefredo Pacheco
Wilson Gonçalves
Walfredo Gurgel

PSD

SUPLENTE

1. Atílio Fontana
2. José Guimard
3. Eugênio Barros
4. Menezes Pimentel
5. Pedro Ludovico

PTB

Argemiro Figueiredo
Bezerra Neto
Pessoa de Queiroz
Antônio Jucá

1. José Ermírio
2. Edmundo Levi
3. Mello Braga
4. Oscar Passos

UDN

Faria Tavares
Irineu Bornhausen
Eurico Rezende

1. João Agripino
2. Adolpho Franco
3. Daniel Krieger

PL

Mem de Sá

1. Aloysio de Carvalho

BPI

Aurélio Vianna
Lino de Mattos

1. Josaphat Marinho
2. Miguel Couto

Secretário: Hugo Rodrigues de Figueiredo
Reuniões: Quartas-feiras às 10 horas

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Presidente: José Feliciano

Vice-Presidente: Nelson Maculan

PSD

SUPLENTE

TITULARES
José Feliciano
Atílio Fontana

1. Lobão da Silveira
2. Sebastião Archer

PTB

Nelson Maculan
Barros Carbalho

1. Vivaldo Lima
2. Oscar Passos

UDN

Adolpho Franco
Irineu Bornhausen

1. Lopes da Costa
2. Eurico Rezende

BPI

Dilton Costa

1. Aarão Steinbruch

Secretária: Maria Helena B. Brandão

Reuniões: Quintas-feira, às 16.30 horas

LEGISLAÇÃO SOCIAL

Presidente: Vivaldo Lima

Vice-Presidente: Walfredo Gurgel

PSD

SUPLENTE

TITULARES
Ruy Carneiro
Walfredo Gurgel
Atílio Fontana
Eugênio Barros

1. José Guimard
2. Sigefredo Pacheco
3. José Leite
4. Lobão da Silveira

PTB

Vivaldo Lima
Edmundo Levi

1. Antônio Jucá
2. Pessoa de Queiroz

UDN

Eurico Rezende
Heribaldo Vieira

1. Lopes da Costa
2. Zacharias de Assunção

BPI

Aarão Steinbruch

1. Dilton Costa

Secretário: Cláudio I. Carneiro Leal

Secretário Cláudio I. Carneiro Leal

MINAS E ENERGIA

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidente: José Ermírio

PSD

SUPLENTE

TITULARES
Benedicto Valladares
Jefferson de Aguiar

1. Pedro Ludovico
2. Filinto Müller

PTB

José Ermírio
Argemiro Figueiredo

1. Nelson Maculan
2. Antônio Jucá

UDN

João Agripino
Faria Tavares

1. José Cândido
2. Afonso Arinos

BPI

Josaphat Marinho

1. Arnon de Mello

Secretário: Cláudio D. Carneiro Leal.
Reuniões: Quartas-feiras, às 14.30 ha.

POLIGONO DAS SECAS

Presidente: Ruy Carneiro

Vice-Presidente: Aurélio Vianna

PSD

SUPLENTE

TITULARES
Ruy Carneiro
Sebastião Archer

1. Sigefredo Pacheco
2. José Leite

PTB

Argemiro Figueiredo
Dix-Huit Rosado

1. José Ermirio
2. Antônio Jucá

UDN

João Agripino
Heribaldo Vieira

1. Lopes da Costa
2. Antônio Carlos

BPI

Auréli Vianna

1. Dilton Costa

Secretário: Cláudio D. Carneiro Leal

Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas

PROJETOS DO EXECUTIVO

Presidente: João Agripino

Vice-Presidente: Jefferson de Aguiar

PSD

SUPLENTE

TITULARES
Wilson Gonçalves
José Guilomard
Jefferson de Aguiar

1. Walfredo Gurgel
2. José Feliciano
3. Ruy Carneiro

PTB

José Ermirio
Bezerra Neto

1. Mello Braga
2. Edmundo Levi

UDN

João Agripino
Antônio Carlos

1. Daniel Krieger
2. Adolfo Franco

BPI

Lino de Matos

1. Aurélio Vianna

PL

Mem de Sá

1. Aloysio de Carvalho

Secretário: José Soares

Reuniões: Terças-feiras às 15 horas

REDAÇÃO

Presidente: Dix-Huit Rosado

Vice-Presidente: Antônio Carlos

PSD

SUPLENTE

TITULARES
Walfredo Gurgel
Sebastião Archer

1. Lobão da Silveira
2. José Feliciano

PTB

Dix-Huit Rosado

1. Edmundo Levi

UDN

Antônio Carlos

1. Eurico Rezende

BPI

Josaphat Marinho

1. Dilton Costa

Secretária: Sarah Abrahão

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

RELAÇÕES EXTERIORES

Presidente: Benedicto Valladares

Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

PSD

SUPLENTE

TITULARES
Benedicto Valladares
Filinto Müller
Menezes Pimentel
José Guilomard

1. Ruy Carneiro
2. Victorino Freire
3. Wilson Gonçalves
4. José Leite

PTB

Pessoa de Queiroz
Vivaldo Lima
Oscar Passos

1. Nelson Maculan
2. Antônio Jucá
3. Mello Braga

UDN

Antônio Carlos
José Cândido
Rui Palmeira

1. Padre Calazans
2. João Agripino
3. Mem de Sá

BPI

Aarão Steinbruch

1. Arnon de Mello

Secretário: J. B. Castejon Branco

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas

SAÚDE

Presidente: Sigefredo Pacheco

Vice-Presidente: José Cândido

PSD

SUPLENTE

TITULARES
Sigefredo Pacheco
Pedro Ludovico

1. Walfredo Gurgel
2. Eugênio Barros

PTB

Dix-Huit Rosado

1. Antônio Jucá

UDN

José Cândido

1. Lopes da Costa

BPI

Miguel Couto

1. Lino de Matos

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feira, às 16 horas

SEGURANÇA NACIONAL

Presidente: Zacarias de Assunção

Vice-Presidente: José Guilomard

PSD

SUPLENTE

TITULARES
José Guilomard
Victorino Freire

1. Ruy Carneiro
2. Atílio Fontana

PTB

Oscar Passos
Silvestre Péricles

1. Dix-Huit Rosado
2. José Ermirio

UDN

Zacarias de Assunção
Irineu Bornhausen

1. Adolpho Franco
2. Eurico Rezende

BPI

Aarão Steinbruch

1. Josaphat Marinho

Secretário: Gerardo Lima de Aguiar

Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas

SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

Presidente: Padre Calazans

Vice-Presidente: Victorino Freire

PSD

SUPLENTE

TITULARES
Sigefredo Pacheco
Victorino Freire

1. José Feliciano
2. Filinto Müller

PTB

Mello Braga
Silvestre Péricles

1. Antônio Jucá
2. Dix-Huit Rosado

UDN

Padre Calazans
Aloysio de Carvalho

1. Antônio Carlos
2. Mem de Sá

BPI

Auréli Vianna

2. Miguel Couto

Secretário: J. Ney Passos Dantas

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

Presidente: Lopes da Costa

Vice-Presidente: Mello Braga

PSD

SUPLENTE

TITULARES
Eugênio Barros
José Leite

1. Jefferson de Aguiar
2. José Guilomard

PTB

Mello Braga

1. Bezerra Neto

UDN

Lopes da Costa

1. Irineu Bornhausen

BPI

Arnon de Mello

2. Josaphat Marinho

Secretário: Gerardo Lima de Aguiar

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO ESPECIAL

Para Revisão do Projeto que define e regula a PROTEÇÃO AO DIREITO DO AUTOR.

Membros (7) — Partidos

Gilberto Marinho — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Heribaldo Vieira — UDN.
Milton Campos — UDN.
Vasconcelos Torres — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.

Para o estudo dos efeitos da INFLAÇÃO E DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA E CAMBIAL SOBRE AS EMPRESAS PRIVADAS.

Membros (5) — Partidos

Atílio Fontana — Presidente — PSD.
José Feliciano — (Vice-Pr.) — PSD.
José Ermirio — Relator — PTB.
Adolpho Franco — UDN.
Aurélio Vianna — PSD.

Para estudo das causas que dificultam a PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA e suas repercussões negativas na exportação.

Membros (5) — Partidos

José Feliciano — PSD.
Siegfredo Pacheco (Vice-Pr.) — PSD.
José Ermirio (Presidente) — PTB.
Lopes da Costa — UDN.
Aurélio Vianna (Relator) — PSD.

Para efetuar o levantamento da PRODUÇÃO MINERAL DO PAÍS e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização.

Membros (9) — Partidos

José Feliciano — PSD.
Atílio Fontana — PSD.
Eugênio Barros — PSD.
José Ermirio (Relator) — PTB.
Bezerra Neto — PTB.
Melo Braga — PTB.
Lopes da Costa — UDN.
Milton Campos (Presidente) — UDN.
Júlio Leite (Vice-Pr.) — PR.

Para estudar a situação dos Transportes Marítimos e Ferroviários.

Membros (5) — Partidos

Atílio Fontana — (Relator) — (Transportes Ferroviários) — PSD.
Siegfredo Pacheco — PSD.
José Ermirio — PTB.
Irineu Bornhausen — (Relator) — (Transportes Marítimos) — UDN.
Júlio Leite — (Presidente) — PR.

Para o estudo da situação do Centro Técnico de Aeronáutica e da Escola de Engenharia de Aeronáutica, de S. José dos Campos.

Membros (5) — Partidos

José Feliciano — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Antonio Joca — PTB.
Padre Calazans — UDN.
Josaphat Marinho — S. legenda

Para proceder ao estudo das proposições que digam respeito à participação dos trabalhadores nos lucros das empresas.

MEMBROS

Bezerra Neto — Presidente.
Afonso Arinos — Vice-Presidente.
Jefferson de Aguiar — Relator.
Neite Neto.
Nelson Macuan.
Eurico Rezende.
Aurélio Vianna.

Para o estudo e coordenação das medidas tendentes ao controle dos preços de exportação.

Membros — Partidos

Atílio Fontana — PSD.
Siegfredo Pacheco (Presidente) — PSD.
Eugênio Barros — PSD.
Argemiro de Figueiredo — PTB.
José Ermirio (Relator) — PTB.
Heribaldo Vieira (Vice-Presidente) — UDN.
Raúl Giuberti — PSP.

Para examinar a crise Agro-Indústria Açucareira do Nordeste.

Membros — Partidos

José Leite — PSD.
Vaga — PSD.
Vasconcelos Torres — PTB.
Heribaldo Vieira — UDN.
Aurélio Vianna — PSD.

COMISSÃO ESPECIAL PARA O ESTUDO DE PROJETO DE EMENDAS A CONSTITUIÇÃO

Projeto de Emenda à Constituição nº 4/61

QUE DISPÕE SOBRE VENCIMENTOS DOS MAGISTRADOS

Jefferson de Aguiar — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Benedito Valladares — PSD.
Wilson Gonçalves — PSD.

Daniel Krieger — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Rui Palmeira — UDN.
Silvestre Péricles — PTB.
Bezerra Neto — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — (Presidente) — PL.
Mem de Sá — PL.
Josaphat Marinho — S. legenda.

Projeto de Emenda à Constituição nº 7/61

QUE DISPÕE SOBRE AS MATERIAS DO SENADO, INCLUINDO AS DE PROPRIEDADE, EXONERAÇÃO DOS CHEFES DE MISSÃO DIPLOMÁTICA PERMANENTE

APROVAR O ESTABELECIMENTO, O CUMPRIMENTO E O REATAMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS COM PAÍSES ESTRANGEIROS.

Membros (16) — Partidos
Menezes Pimentel — PSD.
Wilson Gonçalves — (Presidente) — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Guido Mondim — PSD.
Eurico Rezende — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Milton Campos — (Vice-Presidente) — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
Silvestre Péricles — PTB.
Vivaldo Lima — PTB.
... Vago — PTB.
... Vago — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.

Projeto de Emenda à Constituição nº 8/61

SOBRE EXONERAÇÃO POR PROPOSTA DO SENADO DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA DE CARÁTER PERMANENTE.

Membros (16) — Partidos

Menezes Pimentel — PSD.
Ruy Carneiro — Presidente — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Jefferson de Aguiar — PSD.
Guido Mondim — PSD.
Daniel Krieger — UDN.
Eurico Rezende — UDN.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira (Vice-Presidente) — UDN.
Vaga do Senador Paulo Ferreira — PTB.
Bezerra Neto — PTB.
... Vago — PTB.
Vivaldo Lima — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

Projeto de Emenda à Constituição nº 9/61

QUE MODIFICA O REGIME DA DISCRIMINAÇÃO DAS RENDAS.

Membros (16) — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Filinto Müller — PSD.
Guido Mondim — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Daniel Krieger (Relator) — UDN.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Rui Palmeira — UDN.
... Vago (PTB).
Barros Carvalho — PTB.
Argemiro de Figueiredo — PTB.
Bezerra Neto — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

Projeto de Emenda à Constituição nº 10/61

APLICAÇÃO DAS COTAS DE IMPOSTOS DESTINADAS AOS MUNICÍPIOS

Membros (16) — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Guido Mondim — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
João Agripino — UDN.
Eurico Rezende — UDN.
Silvestre Péricles — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Josaphat Marinho — S. legenda.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

Projeto de Emenda à Constituição nº 11/61

(CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS)

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Guido Mondim — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
João Agripino — UDN.
Eurico Rezende — UDN.
Silvestre Péricles — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Miguel Couto — PSP.
Caetano Pinheiro — PTN.

Projeto de Emenda à Constituição nº 1/62

(OBRIGATORIEDADE DE CONCURSO PARA INVESTIDURA EM CARGO INICIAL DE CARREIRA E PROIBIÇÃO DE NOMINAÇÕES INTERINAS).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
... Vaga — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Eurico Rezende — UDN.
João Agripino — Vice-Presidente — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Silvestre Péricles — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Aurélio Vianna — Relator — PSD.

Projeto de Emenda à Constituição nº 2/62

(CRIAÇÃO NOVA DISCRIMINAÇÃO DE RENDAS EM FAVOR DOS MUNICÍPIOS).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
... Vaga — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — Vice-Presidente — UDN.
Menezes Pimentel — PSD.
Eurico Rezende — Relator — UDN.
Silvestre Péricles — Presidente — PTB.
João Agripino — UDN.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — PTB.
Lino de Matos — PTN.

Projeto de Emenda à Constituição nº 5/62

(DISPÕE SOBRE A ENTREGA AOS MUNICÍPIOS DE 30% DA ARRECAÇÃO DOS ESTADOS QUANDO EXCEDER AS RENDAS MUNICIPAIS).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
... vaga — PSD
Menezes Pimentel — Presidente
Milton Campos — UDN
Heribaldo Vieira — UDN
Josaphat Marinho — Vice-Presidente — UDN
Daniel Krieger — UDN
... vaga — PTB
Eurico Rezende — UDN
Nogueira da C — PTB
Barros Carvalho — PTB
Mem de Sá — PL
Miguel Couto — PSP

Projeto de Emenda à Constituição nº 6/62

(AUMENTA PARA QUATRO O NÚMERO DE REPRESENTANTES DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL NO SENADO).

Membros — Partidos

Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — Relator — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Benedicto Valladares — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Milton Campos — UDN
Heribaldo Vieira — UDN
Josaphat Marinho — UDN
Daniel Krieger — UDN
Eurico Rezende — Vice-Presidente — UDN
... vaga — PTB
Nogueira da Gama — PTB
Barros Carvalho — PTB
Mem de Sá — PL
Júlio Leite — PR

Projeto de Emenda à Constituição nº 1/63

(TRABALHO DE MULHERES E MENORES E TRABALHO EM INDÚSTRIAS INSALUBRES).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — Relator — PSD
Menezes Pimentel — PSD
... vaga — PSD
... vaga — PTB
Bezerra Neto — Vice-Presidente — PTB
... vaga — PTB
Silvestre Péricles — PTB
Argemiro de Figueiredo — PTB
Eurico Rezende (23.4.64) — UDN
Milton Campos — UDN
Daniel Krieger — UDN
Josaphat Marinho — Sem Legenda
Aloysio de Carvalho — PL

Projeto de Emenda à Constituição nº 2/63

(DIREITO DE PROPRIEDADE)

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — Presidente — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Benedicto Valladares — PSD
Heribaldo Vieira — Vice-Presidente — PSD
... vaga — PTB
Bezerra Neto — PTB
... vaga — PTB
Silvestre Péricles — PTB
Artur Virgílio — PTN
Eurico Rezende (23.4.63) — UDN
Milton Campos — Relator — UDN
João Agripino — UDN
Josaphat Marinho — Sem Legenda
Aloysio de Carvalho — PL

Projeto de Emenda à Constituição nº 3/63

(DISPÕE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL E MATÉRIA DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Menezes Pimentel — PSD
... vaga — PSD
... vaga — PTB
Bezerra Neto — PTB
... vaga — PTB
Eurico Rezende — Presidente — UDN
Milton Campos — UDN
Daniel Krieger — UDN
Aloysio de Carvalho — PL
Josaphat Marinho — Relator — Sem Legenda

Projeto de Emenda à Constituição nº 4/63

(CONCEDE IMUNIDADES AOS VEREADORES)

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Menezes Pimentel — PSD
... vaga — PSD
... vaga — PTB
Bezerra Neto — PTB
... vaga — PTB
Silvestre Péricles — PTB
Adalberto Sena — PTB
Eurico Rezende — UDN
Milton Campos — UDN
Aloysio de Carvalho — PL
Josaphat Marinho — Sem Legenda
João Agripino — UDN

Projeto de Emenda à Constituição nº 5/63

(DISPÕE SOBRE O IMPOSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES)

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Vaga — PSD

Vaga — PTB.

Vaga — PTB.
Argemiro de Figueiredo — PTB.
Eurico Rezende — UDN.
Milton Campos — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Aloysio de Carvalho — PL.
Josaphat Marinho — Sem Legenda

Projeto de Emenda à Constituição nº 6/63

(INELEGIBILIDADE)

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Wilson Gonçalves — PSD.
José Feliciano — PSD — Relator.
Walfredo Gurgel — PSD.
Bezerra Neto — PTB.
Argemiro de Figueiredo — PTB.
Silvestre Péricles — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Eurico Rezende — UDN.
Milton Campos — UDN.
Aloysio de Carvalho — UDN.
Afonso Arinos — UDN.
Josaphat Marinho — Sem Legenda
Raul Giuberti — PSP.
Júlio Leite — PR — Presidente.

Projeto de Emenda à Constituição nº 7/63

(TRANSFERÊNCIA PARA A RESERVA DO MILITAR DA ATIVA QUE SE CANDIDATAR A CARGO ELETIVO).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Wilson Gonçalves — PSD — Presidente.
José Feliciano — PSD — Vice-Presidente.
Walfredo Gurgel — PSD.
Argemiro de Figueiredo — PTB — Relator.
Bezerra Neto — PTB.
Silvestre Péricles — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Eurico Rezende — UDN.
Milton Campos — UDN.
Aloysio de Carvalho — PL.
Afonso Arinos — UDN.
Josaphat Marinho — Sem Legenda.
Júlio Leite — PR.

Projeto de Emenda à Constituição nº 2-64

(Da nova redação à alínea a, do art. 101 e ao item IX do art. 124 da Constituição Federal, a fim de estabelecer que sejam processados e julgados nos crimes comuns:

Os Membros do Congresso Nacional, pelo Supremo Tribunal Federal;

Os Membros das Assembléias Legislativas, pelos Tribunais de Justiça).

Jefferson de Aguiar — PSD.
Antônio Balbino — PSD.
Wilson Gonçalves — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Menezes Pimentel — PSD — Presidente.

Edmundo Levi — PTB.
Bezerra Neto — PTB — Relator.
Arthur Virgílio — PTB.
Oscar Passos — PTB.
Afonso Arinos — UDN.
João Agripino — UDN — Vice-Presidente.

Eurico Rezende — UDN.
Aloysio de Carvalho — PL.
Josaphat Marinho — BPI.
Aurélio Vianna — BPI.
Aarão Steinbruch — BPI.

Projeto de Emenda à Constituição nº 1/65

(Da nova redação ao parágrafo primeiro do art. 153 da Constituição Federal, para assegurar aos brasileiros ou a sociedades organizadas no País, sob a direção de brasileiros, exclusividade para a exploração das minas e jazidas).

Membros — Partidos

José Guimard — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Victorino Freire — PSD
Sebastião Archer — PSD
José Leite — Presidente — PSD
Jefferson de Aguiar — PSD
Vasconcellos Torres — PTB
Mello Braga — Vice-Presidente — PTB

José Ermirio — PTB
Antônio Jucá — PTB
Antônio Carlos — UDN
Vaga — UDN
Eurico Rezende — UDN
Joaquim Parente — UDN
Aurélio Vianna — PSB
Josaphat Marinho — S/legenda

Projeto de Emenda à Constituição nº 2/65

(Da nova redação ao art. 139, letra "a" da Constituição, para permitir a reeleição do Presidente da República, por um período).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Antônio Balbino — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Eugênio Barros — PSD
Edmundo Levi — PTB
Bezerra Neto — PTB
Arthur Virgílio — PTB
Mello Braga — PTB
Afonso Arinos — UDN
Heribaldo Vieira — UDN
Aloysio de Carvalho — UDN
Irineu Bornhausen — UDN
Aarão Steinbruch — BPI
Aurélio Vianna — BPI

Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1965.

(Da nova redação ao art. 90 da Constituição Federal, tornando necessária a aprovação do Senado para a nomeação de Ministros de Estado).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Antônio Balbino — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Ruy Carneiro — PSD
José Feliciano — PSD
José Leite — PSD
Edmundo Levi — PTB
Bezerra Neto — PTB
Arthur Virgílio — PTB
Mello Braga — PTB
Afonso Arinos — UDN
Heribaldo Vieira — UDN
Aloysio de Carvalho — UDN
Adolpho Franco — UDN
Josaphat Marinho — BPI
Júlio Leite — BPI